



SDNM – Sociedade de Desenvolvimento
do Norte da Madeira, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

2017

Índice

I.	RELATÓRIO DE GESTÃO	3
1.	INTRODUÇÃO	4
2.	CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	5
2.1	Enquadramento.....	5
2.2	Atividade	6
3	RECURSOS HUMANOS	13
3.1	Caracterização.....	13
3.2	Absentismo.....	15
3.3	Formação Profissional.....	15
3.4	Responsabilidade Social	15
4	GOVERNO DA SOCIEDADE	16
4.1	Orientações de Gestão.....	16
4.2.	Identificação e Órgãos Sociais.....	18
4.5.	Organigrama.....	24
4.6.	Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais	25
4.7.	Auditoria Externa	26
5.	PLANO DE INVESTIMENTOS.....	27
6.	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	28
6.1.	Resultados do Ano.....	28
6.2	Riscos.....	34
6.3	Ações/Quotas Próprias.....	34
6.4	Negócios entre a Empresa e os seus Gestores	34
6.5	Sucursais.....	34
6.6	Débitos ao Setor Público estatal com Pagamentos em Mora	34
6.7	Situação face à Segurança Social	35
6.8	Eventos Subsequentes	35
6.9	Proposta de Aplicação de Resultados.....	35
7	PERSPECTIVAS FUTURAS.....	36
7.2	Financiamento.....	36
7.3	Mercados.....	36
7.4	Custos	37
7.5	Proveitos.....	37
7.6	Fusão	37
7.7	Evolução Previsível.....	38
ANEXO	40
II.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41
III.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	47
IV.	DECLARAÇÕES LCPA	80

AM
Os
1-

M
O
1-

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. INTRODUÇÃO

O Decreto Legislativo Regional n.º 9/2001/M, de 10 de maio, alterado pelo DLR n.º 11/2002/M, de 16 de julho, criou a Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. (SDNM), como meio alternativo de intervenção ao nível local, complementar à intervenção do Governo Regional e das câmaras municipais, concorrendo para o desenvolvimento integrado e equilibrado dos três concelhos do Norte da ilha da Madeira.

Esta é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos que prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos de Porto Moniz, São Vicente e Santana.

Paralelamente, a partir do momento em que por efeitos das Contas Nacionais, integra o perímetro da Administração Pública Regional como empresa pública reclassificada, a sua atuação passou a ser enquadrada também pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A Região Autónoma da Madeira é detentora de 100% do capital social da Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA.

As contas foram elaboradas com base nas demonstrações financeiras, nomeadamente Demonstração de Resultados, Balanço, Mapa de Fluxos de Caixa e Mapa de Variações no Capital Próprio, as quais apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC).

Nos termos dos estatutos e dos artigos 65º e 66º do código das Sociedades Comerciais, vem o Conselho de Administração submeter à acionista única (RAM) o Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

2.1 Enquadramento

A Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA viu a sua atividade em 2017 afetada por dois eventos:

1. Em Março de 2017, a cessão da posição contratual das operações de cobertura de risco de taxa de juro que a SDNM tinha contratado junto do Banco Santander Totta para a RAM, tendo esta última assumido todos os encargos vencidos e não pagos destas operações o que resultou num proveito extraordinário na ordem dos 7 milhões de euros;
2. Em Outubro de 2017, cedência por parte da RAM, a título definitivo e gratuito dos prédios rústicos onde foi construído o Centro Cívico de Santana. Com esta cedência, a SDNM pode desenvolver todos os trâmites necessários à regularização da situação patrimonial do prédio e efetuar contratos de arrendamentos com as entidades que ocupam o espaço, rentabilizando deste modo aquele investimento.

De um ponto de vista mais operacional, em 2017 continuou-se a apostar da racionalização dos custos e na recuperação de receita.

Ao nível da racionalização dos custos foi feito um trabalho importante de revisão de alguns contratos de prestação de serviços (limpeza, jardinagem, serviços jurídicos, etc.), que permitiram gerar poupanças significativas.

Em 2017 criou-se a Unidade de Concessões e Arrendamentos com a missão de acompanhar mais de perto todos os contratos geradores de receita, prevenindo os incumprimentos e tentando recuperar os valores vencidos.

Handwritten marks: a signature, a circled 'A', and a blue checkmark.

2.2 Atividade

2.2.1 Principais empreendimentos

No Quadro 1 encontram-se listados os principais empreendimentos da SDNM e respectivas áreas concessionadas, com uma breve descrição dos mesmos e informação sobre os contratos em vigor.

Quadro 1 – Principais Empreendimentos

PORTO MONIZ

Frente Mar do Porto Moniz



- 2 Concessões

Este projeto possibilitou a requalificação de toda a frente mar da Vila do Porto Moniz, espaço delimitado a Este pelo cais do Porto Moniz e a Oeste pelo complexo balnear daquela Vila.

Procedeu-se ainda ao desvio da estrada marginal que liga o centro da Vila do Porto Moniz ao complexo balnear para a antiga localização do parque de campismo, libertando espaço para a construção de um passeio pedonal que inclui vários pontos de animação, dois bares/restaurantes e zonas ajardinadas.

Piscinas Naturais do Seixal



- Pendente - Protocolo CPM

A Recuperação das Piscinas Naturais do Seixal teve dois objetivos: a criação de infraestruturas de apoio às piscinas e a recuperação paisagística dos espaços envolventes das mesmas.

Centro de Ciência Viva



- Protocolo com a Câmara Municipal do Porto Moniz
- 1 Concessão

O Centro de Ciência Viva do Porto Moniz, que possui metade da sua área a nível subterrâneo, conta com uma sala de exposições temporárias, um cyber-café e ainda um auditório com capacidade para 150 pessoas, para além do seu funcionamento integrado na rede nacional de Centros de Ciência Viva.

AN

CA

15

SÃO VICENTE

Complexo Balnear Ponta Delgada



- 1 Concessão (restaurante e piscinas)

O Complexo Balnear de Ponta Delgada compreende uma intervenção numa área com cerca de 8.800 m². Foi construída uma piscina para adultos, assim como uma piscina para crianças, ambas alimentadas por água salgada. Nas duas piscinas foi executado um sistema de tratamento das águas, quer físico, quer químico, estando as piscinas envolvidas por uma área de solário existindo diversas infraestruturas de apoio, tais como balneários, bar e sala de primeiros socorros. Possui estacionamento ao ar livre.

Parque Urbano de São Vicente



- 1 Contrato de promessa de arrendamento
- 1 Arrendamentos em fase de formalização (PAGESP)
- Parque Estacionamento, zona desportiva e um snack-bar com contrato de cedência à Câmara Municipal de S. Vicente

O Parque Urbano de São Vicente inclui três componentes de investimento e teve como objetivo a requalificação urbana da Vila de São Vicente através da construção de um estacionamento subterrâneo; criação de zonas verdes e expansão da Vila.

Os espaços do Parque Urbano englobam os serviços da Conservatória do Registo Civil. A Zona Verde inclui jardins, miradouros, espelho de água e vias. A Zona Lúdica possibilita práticas desportivas e de com 1 Polidesportivo e 1 Parque infantil.

A Zona Comercial compreende: 1 Parque de estacionamento subterrâneo com 160 lugares; 1 estacionamento para autocarros de turismo; 4 espaços comerciais.

Grutas e Pavilhão de Vulcanologia



- Contrato com Empresa Municipal que terminou a 31.12.2015. Em negociações com CMSV, para a venda das benfeitorias da SDNM.

O Centro do Vulcanismo está localizado junto às Grutas de São Vicente, na falésia do lado oposto à Ribeira de São Vicente. Alia a cultura e o conhecimento ao lazer e à animação, num pavilhão com capacidade para 90 visitantes que permite assistir, de uma forma pedagógica e lúdica, aos espetáculos audiovisuais que fazem a recriação da evolução geológica das grutas, à erupção dum vulcão e ainda à simulação do nascimento do Arquipélago da Madeira.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

SANTANA

AAA
OS
|

Complexo Balnear São Jorge



- 1 Concessão

O Complexo Balnear de São Jorge engloba um conjunto de três piscinas, sendo duas destinadas a adultos e uma a crianças, numa zona anexa à Foz da Ribeira de São Jorge, na zona da lagoa.

O empreendimento compreende ainda uma zona de solários, assim como outras infraestruturas de apoio, tais como bar, restaurante, balneários e instalações sanitárias. As piscinas são alimentadas por água do mar e água doce devidamente tratadas, através de sistema instalado para o efeito.

Complexo Balnear Faial



- 1 Concessão

O Complexo Balnear do Faial compreende toda uma área de anfiteatro artificial criada junto ao mar, desenvolvendo-se neste espaço zonas balneares e infraestruturas de apoio nomeadamente restaurante e bar.

A interligação da foz da ribeira do Faial ao mar deu origem à criação de zonas de acesso e de interligação, que permitem o desenvolvimento de práticas náuticas.

Zona de Lazer Foz Ribeira Faial



A zona de lazer do Faial criou junto à foz da ribeira, é um parque para atividades lúdicas e desportivas. Com uma vasta área verde, o espaço engloba uma ciclovia, uma minipista para bicicletas (para crianças), um parque radical e zonas específicas para a prática de jogos tradicionais madeirenses.

Este complexo conta ainda com um Patinodromo, que está homologado pela Federação Portuguesa de Patinagem.

Parque Temático de Santana



- 1 Concessão (2 restaurantes)

Gestão direta da SDNM

O Parque Temático da Madeira teve como propósito a criação de um centro que permite associar e complementar os aspetos históricos, patrimoniais e culturais que caracterizam a Região.

Está prevista intervenção estrutural neste Parque no sentido de o vocacionar para conteúdos de natureza etnográfica e redefinir o modelo de gestão.

AA
QA
L

Centro Cívico de Santana



- 1 Contrato de arrendamento (Notário)
- 4 Arrendamento em fase de formalização (PAGESP)
- 1 Estacionamento com protocolo com a Câmara Municipal de Santana

O Centro Cívico de Santana engloba os serviços da Junta de Freguesia de Santana; Conservatória do Registo Civil; os Serviços da Segurança Social; a Delegação Escolar e o Serviço de Finanças. No exterior conta com uma praça, sobre os estacionamentos, café de apoio e zonas ajardinadas.

2.2.2 Empreendimentos sob a administração direta da SDNM

2.2.2.1 Parque Temático da Madeira (PTM)

O Parque Temático da Madeira, localizado em Santana, foi inaugurado a 10 de outubro de 2004. Foi inicialmente concebido para ser um símbolo do património cultural regional, integrando uma componente lúdica e de diversão com recurso às novas tecnologias da imagem e interatividade.

No entanto, e passados mais de 10 anos sem que houvesse qualquer investimento significativo na atualização de conteúdos e manutenção dos espaços, urge repensar o modelo de gestão para este espaço.

Nos quadros seguintes analisaremos alguns dados referentes à exploração deste espaço, numa perspetiva trianual:

Quadro 2 – Análise da Receita

RECEITAS CORRENTES	2015	2016	2017	Δ 2017/2016
BILHETEIRA	182.792	192.111	224.081	16,64%
LOJA	7.362	10.177	10.296	1,17%
RESTAURANTES	14.640	17.568	19.189	9,23%
BARCOS TELECOMANDADOS	1.931	4.196	4.227	0,74%
TOTAL ANO	206.725	224.052	257.793	15,06%

Do quadro anterior retiramos que a principal fonte de receita do parque é a bilheteira, responsável por 87% da receita do ano. Registamos um acréscimo de receita em 2017 face a 2016 que ficou a dever-se essencialmente a um conjunto de atividades desenvolvidas durante o ano que permitiram dinamizar e divulgar o PTM.

Quadro 3 – Análise da Despesa

DESPESAS CORRENTES	2015	2016	2017	Δ 2017/2016
RECURSOS HUMANOS	473.764	380.864	359.408	-5,63%
FSE - SERVIÇOS	183.271	227.984	191.666	-15,93%
TOTAL ANO	657.035	608.848	551.074	-9,49%

Os recursos humanos têm um peso de 65% na estrutura de custos do PTM. Este peso tem vindo a diminuir ao longo dos anos, mas ainda assim é muito significativo.

Durante 2017 procedeu-se à renegociação de alguns contratos de prestação de serviços (jardinagem, limpeza, etc.) com poupanças significativas que se traduziram numa diminuição do custo dos FSEs.

Quando analisamos as receitas e despesas do PTM vemos que a sua atividade é altamente deficitária. Apesar de em 2017 termos registado um ligeiro aumento da receita e uma diminuição das despesas correntes, que melhoraram o saldo face a 2016, este continua a ser negativo em 293.281 euros, o que torna urgente e imperiosa uma revisão do enquadramento estratégico deste empreendimento.

Quadro 4 – Análise Receita VS Despesa

	2015	2016	2017	Δ 2017/2016
RECEITAS CORRENTES	206.725	224.052	257.793	15,06%
DESPESAS CORRENTES	657.035	608.848	551.074	-9,49%
SALDO	-450.310	-384.796	-293.281	-23,78%

No quadro seguinte apresentamos uma síntese das atividades dinamizadas no PTM durante o ano de 2017.

Quadro 5 – Atividades dinamizadas no PTM durante 2017

DIA/MÊS	TIPO	EVENTO	RESPONSÁVEL
16 de Fevereiro a 1 Março	Exposição Temática	Mostra dos Compadres	PTM
12 de Março	Festa Temática	"Dia da Mulher" - Tributo às Mulheres"	PTM
19 de Março	Festa Temática	"Dia do Pai"	PTM
de 26 de Março a 16 de Abril	Demonstração Etnográfica	"Demonstração da Poda de Vimes"	PTM
7 de Maio a 21 de Maio	Exposição Temática	Festa da Flor 2017	PTM
7 de Maio	Evento Temático	"Dia da Mãe"	PTM
1 de Junho a 11 de Junho	Evento Temático	"Dia da Criança"	PTM
4 de Junho	Demonstração Etnográfica	"Tosquilas"	PTM
6 de Agosto	Evento Desportivo	"Zumba - Espuma Party"	PTM
23 de Agosto	Evento Temático	"EcoMusicalis"	PTM
24 de Setembro	Demonstração Etnográfica	"Demonstrações Tradicionais (Desfolha do Milho)"	PTM
27 de Setembro	Evento Temático	"Dia do Turismo"	PTM
14 de Outubro	Festa Temática	"2ª Festival da Vida"	PTM + Núcleo Regional da Liga Portuguesa Contra o Cancro
1 de Novembro	Evento Temático	"Pão por Deus - Magusto"	PTM
1 a 7 de Dezembro	Evento Temático	"Festa do Natal"	PTM
1 de Dezembro	Evento Temático	"Chegada do Pai Natal"	PTM

3 RECURSOS HUMANOS

3.1 Caracterização

O efetivo total da SDNM, em 31 de Dezembro de 2017, era de 45 colaboradores, com a distribuição por vínculos conforme se apresenta no Quadro abaixo.

Quadro 6 - Distribuição dos Efetivos por Vínculos

Vínculo	Número de colaboradores
Pessoal do Quadro	42
Eleição – Membros do Conselho de Administração	3
Total	45

A evolução do efetivo durante o ano de 2017 foi a indicada no quadro seguinte.

Quadro 7 - Evolução do Quadro de Pessoal

Colaboradores	2017	2016	Variação	
			Quantidade	%
Efetivos	42	45	-3	-7%
Ativos	41	45	-4	-9%

Durante o ano de 2017 registaram-se três saídas definitivas de trabalhadores motivadas por um acordo de revogação de contrato de trabalho, pela transição de uma trabalhadora para a situação de reformada e por fim, pela cessação de funções do trabalhador que se encontrava ao abrigo de um Acordo de Cedência de Interesse Público.

Registou-se, também, a cedência de uma trabalhadora para a Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, através de um Acordo de Cedência de Interesse Público, pelo prazo de um ano.

A distribuição por categoria profissional resume-se no quadro seguinte.

Quadro 8 - Distribuição dos Efetivos por categoria profissional

Categoria Profissional	2017	2016	Variação	
			Quantidade	%
Técnico Superior	3	4	-1	-25%
Assistente Técnico	3	3	0	0%
Assistente Operacional	36	38	-2	-5%
TOTAL	42	45	-3	-7%

Do quadro anterior retira-se que 86% do quadro de pessoal da SDNM é constituído por assistentes operacionais.

Quadro 9 - Distribuição dos Efetivos por faixa etária

Categoria Profissional	De 18 a 34	De 35 a 44	De 45 a 64	Mais de 65
Técnico Superior	0	2	1	0
Assistente Técnico	0	1	2	0
Assistente Operacional	9	18	7	2
TOTAL	9	21	10	2

Da análise ao quadro anterior, verifica-se que 50% do quadro de pessoal da SDNM tem entre 35 e 44 anos.

Quanto às modalidades de horário de trabalho praticadas na SDNM, estas encontram-se espelhadas no quadro seguinte:

Quadro 10 -Regimes de Horários de Trabalho

Regimes de Horário	2017	2016
Horário Normal Fixo	37	38
Isenção Horário de Trabalho	5	7
TOTAL	42	45

3.2 Absentismo

Há registo de 1 situação de ausência prolongada por doença.

3.3 Formação Profissional

No ano 2017, não foi proporcionada qualquer formação aos trabalhadores.

3.4 Responsabilidade Social

No âmbito das relações da empresa com o meio envolvente, no ano de 2017 a SDNM colocou 10 colaboradores ao abrigo de Programas de Emprego, para desempenharem funções no Parque Temático da Madeira, conforme se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 11 – Programas de Emprego

Programa	N.º Processo	N.º Colocados	Início	Duração
MAIS	2017/MAIS/0009	3	19-01-2017	12 meses
POT	2017/POT/0275	2	01-06-2017	12 meses
MAIS	2017/MAIS/0118	1	06-06-2017	12 meses
Estágio Garantia	2017/PROJ/0357	1	01-08-2017	9 meses
Estágio Profissional	2017/EP/0282	1	01-10-2017	9 meses
POT	2017/POT/0317	2	02-11-2017	12 meses

4 GOVERNO DA SOCIEDADE

Neste capítulo, dá-se cumprimento ao previsto no DLR12/2010/M de 5 de agosto, alterado pelo DLR 2/2011 de 10 de janeiro que aprova o regime jurídico do sector público empresarial e ao Decreto Legislativo Regional nº13/2010/M, de 5 de Agosto, que aprova o regime jurídico do setor empresarial da RAM.

A adoção de uma estrutura de Governance, em consonância com a estratégia da empresa e com as orientações de gestão emanadas pela tutela, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da empresa.

4.1 Orientações de Gestão

Os objetivos colocados à gestão em 2017 e vertidos no Plano de Atividades aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral realizada a 04 de abril de 2017 foram os seguintes:

1. Contribuir para o desenvolvimento sustentado dos concelhos abrangidos, reforçando a gestão integrada de empreendimentos, envolvendo diferentes parceiros, preferencialmente institucionais.

-Nesse sentido, mantiveram-se os protocolos existentes com as diversas Câmaras Municipais que visaram uma gestão conjunta com o aproveitamento de sinergias, sobretudo no que diz respeito à manutenção dos espaços públicos envolventes aos diversos empreendimentos;

2. Promover o equilíbrio económico-financeiro da empresa através da melhoria da eficiência económica na atividade e da condução de uma política de investimentos criteriosamente priorizados.

- Foi analisada a estrutura de custos da SDNM e identificadas as áreas onde era possível efetuar poupanças. Foram avaliados todos os contratos de Fornecimento de

Serviços, tendo sido cancelados alguns e renegociados outros, com poupanças significativas.

- Foi criada a Unidade de Concessões e Arrendamentos com o intuito de acompanhar todos os contratos de arrendamento e concessões, garantindo a cobrança da receita e intervindo aos primeiros sinais de incumprimento.

3. Assegurar as melhores práticas de gestão, promovendo a eficiência na aplicação dos recursos disponíveis, a prestação de serviços de qualidade e a conservação dos empreendimentos.

- Foram tomadas medidas internas no sentido de promover o aproveitamento de sinergias criadas pelo facto de a Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Ponta do Oeste, Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira e Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo partilharem a mesma administração;

- A contenção de custos e a racionalização dos recursos foram uma constante na ação da gestão, muito condicionada pelas limitações orçamentais e financeiras. Promoveu-se a conservação essencial e indispensável das infraestruturas, procurando prestar o melhor serviço possível aos utilizadores dos nossos empreendimentos;

4. Preparar e implementar o processo de fusão/reestruturação da Sociedade de Desenvolvimento, em articulação com os acionistas e a tutela sectorial.

- Procurou-se uniformizar procedimentos entre as 4 sociedades, e deram-se alguns passos no sentido da regularização do património destas;

- Celebrou-se um contrato de prestação de serviços com o objetivo de garantir uma assessoria e acompanhamento do processo de fusão;

- Estabeleceram-se contatos com a banca internacional no sentido de identificar quais os constrangimentos que poderiam advir de um processo de fusão e estabilizou-se um memorando do projeto de fusão.

4.2. Identificação e Órgãos Sociais

Os órgãos sociais com mandato para o período 2017-2019 são os identificados abaixo.

• Assembleia Geral

- Presidente: Francisco Jardim Ramos
- Secretário: José Miguel de Sousa Araújo

• Conselho de Administração

- Presidente: António José Rodrigues Abreu
- Vogal Executivo: Maria Cristina Fernandes Alves
- Vogal Executivo: João José Ornelas Nunes
- Vogal Não Executivo: Márcia Filipa Gonçalves Gomes
- Vogal Não Executivo: Ambrósio José da Silva Teixeira

• Fiscal Único

- Efetivo: MGI & Associados – SROC, S.A., representada pela sócia Manuela Fernanda Barroso Vilela Ferreira
- Suplente: José Augusto Silva Mendes

4.3. Áreas de Tutela e Síntese Curricular dos Membros Executivos do Conselho de Administração

• Áreas de Tutela

De acordo com o Regulamento interno da SDNM, as áreas de tutela dos membros executivos do Conselho de Administração são as seguintes:

Presidente do Conselho de Administração – António José Rodrigues Abreu:

- I. Unidade de Comunicação e Projetos:
 - Comunicação e Marketing;
 - Produção e Gestão de Eventos;
 - Promoção de Negócio.

II. Unidade Técnica:

- Projetos e Investimento;
- Manutenção de Equipamentos e Infraestruturas;
- Tecnologias e Sistemas de Informação;
- Gestão de Infraestruturas Públicas.



Vogal Executivo – Maria Cristina Fernandes Alves:

I. Unidade de Gestão Administrativa e Financeira:

- Orçamento e Contabilidade;
- Gestão Financeira;
- Processamento de Salários;
- Gestão Administrativa.

II. Unidade de Concessões e Arrendamentos:

- Acompanhamento da execução e cumprimento de contratos.

Vogal Executivo – João José Ornelas Nunes:

I. Unidade Assessoria Jurídica:

- Assessoria Jurídica e Contencioso;
- Apoio à Contratação.

II. Unidade de Recursos Humanos

- Gestão Administrativa de Recursos Humanos.

- **Síntese Curricular**

De seguida apresentamos os principais elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração com funções executivas:

Presidente do Conselho de Administração - António José Rodrigues Abreu

Formação Académica:

Licenciatura em Comunicação Social e Cultural, pela Universidade Católica Portuguesa (1992 – 1997).

Programa Avançado de Marketing para Executivos, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa (2000).

Atividade Profissional Atual:

Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A; Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA; Ponta do Oeste, SA e da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA;

Atividade Profissional Anterior:

- De Junho de 2015 a Dezembro de 2016 foi Gerente Executivo da sociedade «Empresa Jornalística da Madeira, Unipessoal, Lda.»;
- De 2012 a Maio de 2015 foi Presidente da Assembleia Geral da sociedade «Best Sell SA.»;
- De 2010 a 2015 como representante da sociedade «Vasconcelos & Abreu, Lda.»;
- De 2009 a 2011 foi Vice-Presidente da «Associação de Desportos da Madeira»;
- De 2009 a 2015 foi sócio da sociedade «Vasconcelos & Abreu, Lda.» e membro do Conselho de Gerência;
- Desde 2009 é sócio da sociedade «Domestind, Equipamentos Domésticos e Industriais, Lda.»;
- De 2008 a 2011 foi sócio da sociedade «Ad Mensuram Madeira, Lda.»;
- De 2007 a 2009 foi Diretor Geral da sociedade «Ilhaser, Lda.», inserida no Grupo «Vasconcelos & Abreu, Lda.»;

- De 2004 a 2007 foi Diretor Comercial na sociedade «Vasconcelos & Abreu, Lda.»;
- De 2000 a 2003 foi Diretor Comercial na sociedade «Vasconcelos & Abreu, Lda.», passando a responsável pelo Departamento Comercial;
- De 1997 a 2000 foi Chefe de Vendas na sociedade «Vasconcelos & Abreu, Lda.».

Vogal Executivo do Conselho de Administração - Maria Cristina Fernandes Alves

Formação Académica:

Licenciatura em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (1992/1996).

Atividade Profissional Atual:

Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A; Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA; Ponta do Oeste, SA e da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA;

Atividade Profissional Anterior:

- De Junho de 2016 a Dezembro de 2016 – Vogal Executiva do Conselho de Administração da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA; Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA; Ponta do Oeste, SA e da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA;
- De Setembro de 2005 até Junho de 2016 trabalhou no Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E., onde desempenhou as seguintes funções:
 - De Setembro de 2015 até Junho de 2016 – Coordenadora do Núcleo de Gestão Financeira;
 - De Outubro de 2012 a Setembro de 2015 – Coordenadora do Núcleo de Gestão de Cobranças e Pré-faturação;
 - De Janeiro de 2012 a Outubro de 2012 – Assessora do Conselho de Administração para a área das Cobranças e Pré-Faturação;
 - De Março de 2007 a Janeiro de 2012 – Diretora do Serviço de Aprovisionamento;

- 
- De Setembro de 2005 a Março de 2007 – Chefe de Divisão das Aquisições;
 - De Janeiro de 1997 a Setembro de 2005 trabalhou no Banco Santander-Totta, onde desempenhou as seguintes funções:
 - De Fevereiro de 2002 a Setembro de 2005 – Gerente/diretora de balcão;
 - De Janeiro de 2001 a Fevereiro 2002 – Gestora de empresas;
 - De Janeiro de 2000 a Janeiro 2001 - Gerente de crédito;
 - De Janeiro de 1999 a Janeiro 2000 – Subgerente de balcão;
 - De Julho de 1998 a Janeiro de 1999 – Técnica de grau IV;
 - De Janeiro de 1997 a Julho 1998 - Estagiária recém-licenciada.

Vogal Executivo do Conselho de Administração - João José Ornelas Nunes

Formação Académica:

Licenciatura em Direito, menção de Ciências Jurídico-Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1990 – 1995).

Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP) (2008 – 2009)

Atividade Profissional Atual:

Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A; Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA; Ponta do Oeste, SA e da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA;

Atividade Profissional Anterior:

- De Novembro de 2012 até Dezembro de 2016 foi Diretor de Serviços do Gabinete Jurídico da Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente;
- De Janeiro de 2012 a Novembro de 2012 foi Diretor de Serviços de Artesanato do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP;
- De Junho de 2006 a Janeiro de 2012 foi Vogal do Conselho Diretivo do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP;
- De Junho de 2002 a Maio de 2006 foi Vice-Presidente da Direção do Instituto do Vinho da Madeira;
- De Agosto de 2001 a Maio de 2002 foi Jurista Coordenador, equiparado a Chefe de Divisão, da área de Contratação e Empreitadas Públicas do Serviço

de Apoio Jurídico do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais;

- De Novembro de 2000 a Julho de 2001 foi Consultor jurídico do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais;
- De Setembro de 1998 a Outubro de 2000 foi Coordenador do Serviço de Apoio Jurídico do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura, Florestas e Pescas;
- De Dezembro de 1995 a Agosto de 1998 foi Consultor jurídico do Serviço de Apoio Jurídico do Gabinete do Secretário Regional de Agricultura, Florestas e Pescas.

4.4. Reuniões do Conselho de Administração

No ano de 2017 realizaram-se 75 reuniões do Conselho de Administração que deliberou sobre inúmeros e diversos assuntos, de entre os quais se podem destacar os constantes do quadro abaixo.

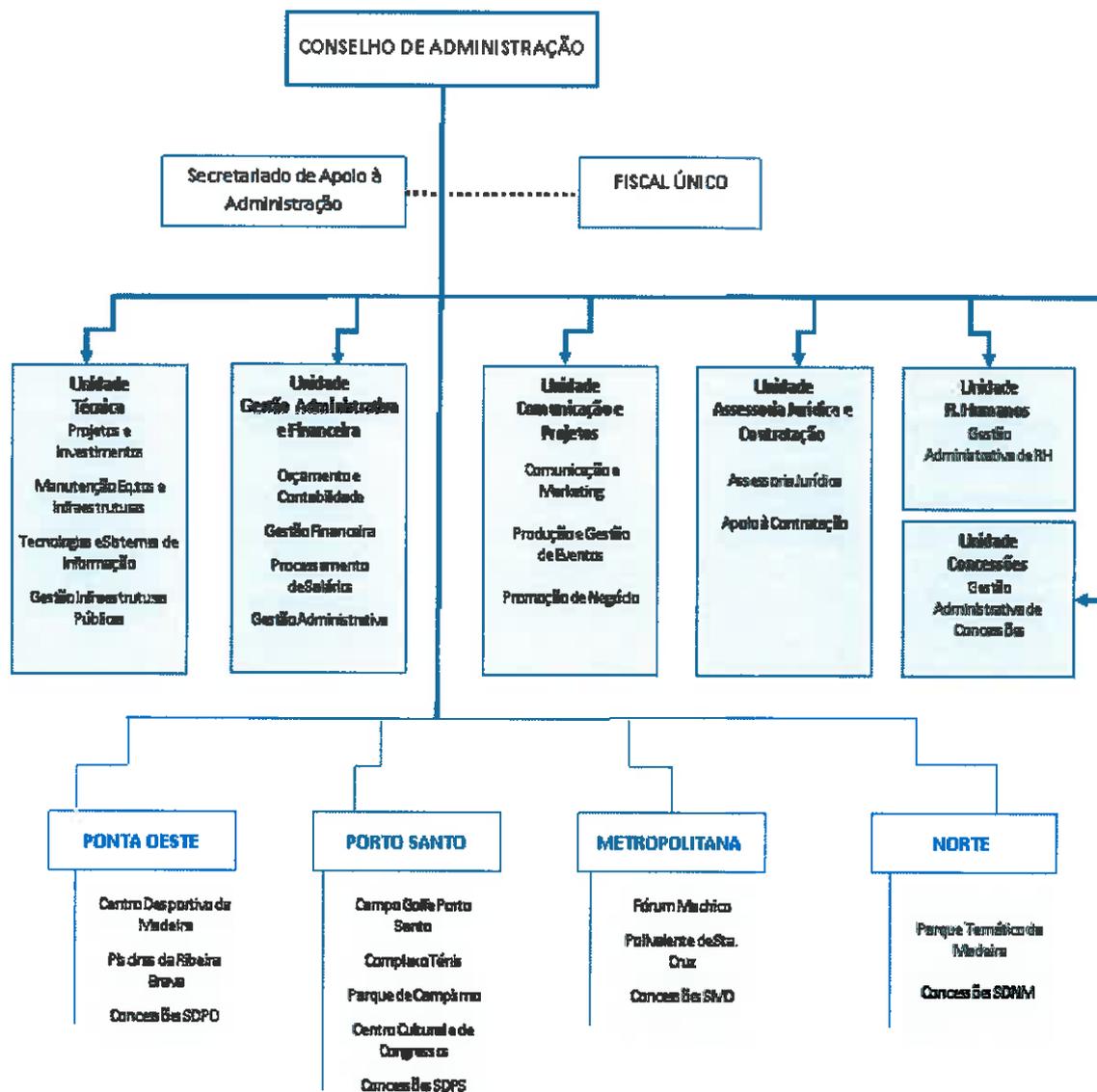
Quadro 12 – Principais Decisões do Conselho de Administração

Reunião	Data	Assunto
1	03-01-2017	Celebração de um contrato de empréstimo entre a Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira e o acionista Região Autónoma da Madeira
4	12-01-2017	Terceiro aditamento ao Protocolo de Cedência e Exploração do Centro de Ciência Viva do Porto Moniz celebrado entre a SDNM – Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. E o Município de Porto Moniz
6	19-01-2017	Aprovação do Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração da SDNM, S.A.
6	19-01-2017	Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento 2017
8	31-01-2017	Aprovação do Regulamento de Fundo de Maneio da SDNM, S.A.
8	31-01-2017	Acordo de Revogação de Contrato de Trabalho
16	09-03-2017	Aprovação do Plano de Atividades 2017 do PTM - Atividades Programadas e Reforço de Fundo de Maneio
17	14-03-2017	Prestação de Serviços de Manutenção dos Jardins do Parque Temático da Madeira

18	16-03-2017	Aprovação do Relatório e Contas 2016
20	23-03-2017	Operação de reestruturação da dívida da SDNM, S.A.
38	08-06-2017	Autorização para Amortização antecipada de vários financiamentos da SDNM – Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. (SDNM, S.A.)
40	20-06-2017	Contrato de concessão de exploração do Complexo Balnear da Ponta Delgada - Solicitação de regularização de dívida
61	26-09-2017	Aprovação de preços de venda na loja do Parque Temático da Madeira
64	17-10-2017	Pedido de prorrogação do prazo para reembolso dos Empréstimos da RAM à Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.
66	24-10-2017	Aprovação dos preços de venda de novos produtos para venda na loja do PTM
67	14-11-2017	Aprovação precário do PTM para 2018
70	23-11-2017	Contratação de Coordenador para o Parque Temático da Madeira
71	28-11-2017	Trabalhos de Reparação ao Abrigo das Garantias Contratuais das Empreitadas de “Construção do Auto-Silo e Infraestruturas Gerais Exteriores do Parque Temático da Madeira”; “Construção dos Edifícios e Arranjos Exteriores do Parque Temático da Madeira” e “ Execução dos Arranjos Interiores dos Edifícios e Acabamentos Finais do Parque Temático da Madeira”
72	05-12-2017	Aprovação do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento 2018
72	05-12-2017	Celebração de um contrato de empréstimo entre a Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira e o acionista Região Autónoma da Madeira
74	21-12-2017	Celebração de Transação Judicial entre a SMD, S.A., Ponta do Oeste, S.A., SDNM, S.A., Datarede, S.A. E ACIN, Lda.

4.5. Organigrama

O organigrama da Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira é comum com a Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento e Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, que partilham o mesmo Conselho de Administração e alguns serviços de apoio.



4.6. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações dos membros dos Órgãos Sociais são as seguintes:

- **Assembleia Geral**

Presidente: não aufer qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

Secretário: não aufer qualquer remuneração pelo exercício do cargo.

- **Conselho de Administração**

Os elementos executivos do Conselho de Administração são remunerados de acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Governo nº392/2015.

Atendendo a que exercem funções nas quatro sociedades de desenvolvimento, a saber: Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A., a sua remuneração é suportada em ¼ por cada uma delas.

No quadro seguinte apresentamos o resumo do total das remunerações processadas no decurso de 2017 ao Conselho de Administração.

Quadro 13 – Remuneração do Conselho de Administração

DESCRIÇÃO	António Abreu	Cristina Alves	João Nunes
Remuneração Base	38.108 €	31.733 €	31.733 €
Subsídio de Férias/Natal	6.351 €	5.289 €	5.289 €
Subsídio de Alimentação	1.065 €	1.065 €	1.065 €
Despesas de Representação	16.045 €	13.361 €	13.361 €
CGA/Segurança Social/Acidentes Trabalho	14.776 €	12.372 €	8.001 €
Comunicações	131 €	409 €	132 €
TOTAL	76.476 €	64.229 €	59.580 €

Os elementos não executivos do Conselho de Administração não auferem remuneração pelo exercício do cargo.

- **Fiscal Único**

O Fiscal Único Efetivo auferir 6.000 euros pela prestação de serviços. Ao valor incide a taxa de IVA em vigor.

4.7. Auditoria Externa

O Relatório do Revisor Oficial de Contas encontra-se anexo ao presente relatório.

5. PLANO DE INVESTIMENTOS

A SDNM não realizou qualquer investimento relevante em 2017. Todas as intervenções realizadas foram no âmbito de ações de manutenção corretiva.

Apesar de vários dos empreendimentos a cargo da SDNM necessitarem urgentemente de obras de manutenção e de melhoria, as condicionantes económico-financeira não permitem efetuar tais investimentos.

O PTM é o empreendimento que necessita de uma intervenção mais profunda, quer a nível das estruturas quer a nível dos conteúdos. Apesar de em 2017 terem sido feitos vários levantamentos das necessidades de investimento, essas intervenções só poderão ocorrer no âmbito de uma estratégia de reposicionamento estratégico do PTM, devidamente avalizada pela tutela.

AAA
B
!

6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

6.1. Resultados do Ano

Os resultados financeiros do ano encontram-se nos mapas que constituem a parte II-Demonstrações Financeiras. Sumariamente:

- **Resultados Líquidos**

Os Resultados Líquidos do Exercício foram positivos em 4.614.410,46 euros, por força do proveito extraordinário de 6.985.240,81 resultante da cessão da posição contratual nos contratos de cobertura de risco de taxa de juro da SDNM para a RAM.

- **Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos (EBITDA)**

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos apresentam um valor negativo de 588.798,46 euros em 2017. Verificou-se um agravamento face a 2016 resultante essencialmente da constituição de imparidades para clientes de cobrança duvidosa.

- **Rendimentos de Exploração**

Registou-se uma variação positiva no valor das vendas e prestação de serviços, que se fica a dever essencialmente ao melhor desempenho do Parque Temático da Madeira que registou um aumento de 15% da receita em 2017 face ao ano anterior.

A rubrica Outros Rendimentos e Ganhos registou uma variação negativa face a 2016, justificada pelo fato de em 2016 terem sido contabilizados cerca de 136.907 euros referentes a notas de crédito de juros de mora emitidas pelos fornecedores aquando da celebração dos acordos de regularização de dívida, situação excecional que não se repetiu em 2017.

Quadro 14 - Rendimentos de Exploração

Rubricas	Exercícios		Variação	
	2017	2016	Quantidade	%
Vendas e Prestações de serviços	367.219	349.858	17.361	5%
Outros rendimentos e ganhos	187.384	311.631	-124.247	-40%
Total	554.603	661.488	-106.886	-16%

• **Gastos de Exploração**

Os Gastos de Exploração registaram um acréscimo de 1% face ao ano anterior. Apesar da redução de custos nas rubricas Fornecimentos e Serviços Externos (resultante da renegociação de vários contratos), Gastos com o Pessoal (devido à saída de 3 colaboradores) e Outros Gastos e Perdas, houve um aumento no valor das imparidades, tanto de inventários (stock de material das Grutas de Vicente) quanto de dívidas a receber (situações que se encontram em cobrança judicial com poucas possibilidades de recuperação do crédito).

Quadro 15 - Gastos de Exploração

Rubricas	Exercícios		Variação	
	2017	2016	Quantidade	%
Fornecimentos e serviços externos	254.068	316.770	-62.702	-20%
Gastos com pessoal	703.060	720.998	-17.938	-2%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	19.234	8.135	11.099	136%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	104.207	3.758	100.449	2673%
Outros gastos e perdas	56.964	74.499	-17.534	-24%
Total	1.137.533	1.124.159	13.374	1%

- **Meios Libertos**

Em 2017 os Meios Libertos são positivos em 6.098.842 euros. Esta inversão na tendência registada em anos anteriores, onde os Meios Libertos foram sempre negativos, verifica-se por força do Resultado Líquido do Exercício que foi, exceccionalmente, positivo em 4.614.410 euros.

Quadro 16 – Meios Libertos

Rubricas	Exercícios	
	2017	2016
Resultado líquido do exercício	4.614.410	-5.242.547
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1.484.432	1.485.154
Provisões do exercício	0	0
Fundos Libertos	6.098.842	-3.757.392

• Situação Financeira e Patrimonial

Quadro 17 – Situação Financeira e Patrimonial

	U. Monetária: Euros			
	Exercícios			
	2017	%	2016	%
ACTIVO				
Activo não corrente:				
Activos fixos tangíveis	59.240.519	97,44%	59.896.176	97,39%
Total do Ativo Não Corrente	59.240.519	97,44%	59.896.176	97,39%
Activo corrente:				
Inventários	180.002	0,30%	202.826	0,33%
Clientes	19.893	0,03%	130.435	0,21%
Estado e outros entes públicos	17.719	0,03%	22.042	0,04%
Outros créditos a receber	630.182	1,04%	682.089	1,11%
Caixa e depósitos bancários	710.999	1,17%	565.679	0,92%
Total do Ativo Corrente	1.558.795	2,56%	1.603.070	2,61%
TOTAL DO ACTIVO	60.799.314	100,00%	61.499.246	100,00%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio:				
Capital Subscrito	47.872.710	493,15%	47.872.710	319,17%
Prémios de emissão	5	0,00%	5	0,00%
Resultados transitados	(67.929.330)	699,76%	(62.686.784)	417,94%
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	5.734.735	-59,08%	5.057.470	-33,72%
Resultado líquido do período	4.614.410	-47,53%	(5.242.547)	34,95%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	(9.707.470)	100,00%	(14.999.146)	100,00%
Passivo não corrente:				
Financiamentos obtidos	56.819.855	80,59%	55.507.468	90,26%
Passivos por impostos diferidos	1.278.947	2,10%	1.310.764	2,13%
Outras contas a pagar	136.360	0,22%	1.121.837	1,82%
Total do Passivo Não Corrente	58.235.162	95,78%	57.940.069	94,21%
CAPITAIS PERMANENTES	48.527.692		42.940.924	
Passivo corrente:				
Fornecedores	5.838.918	9,60%	5.005.156	8,14%
Estado e outros entes públicos	12.834	0,02%	23.765	0,04%
Financiamentos obtidos	6.036.298	9,93%	6.089.024	9,90%
Outras contas a pagar	351.755	0,58%	7.408.561	12,05%
Passivos por impostos diferidos	31.817	0,05%	31.817	0,05%
Total do Passivo Corrente	12.271.622	20,18%	18.558.323	30,18%
TOTAL DO PASSIVO	70.506.784	115,97%	76.498.392	124,39%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	60.799.314	100,00%	61.499.246	100,00%

- **Fundo de Maneio**

O fundo de maneio em 2017 apresenta-se negativo em 10.712.827 euros.

Este resultado significa que as dívidas de clientes e os inventários não são suficientes para fazer face às obrigações correntes (incluindo fornecedores) da empresa, numa ótica de curto prazo.

RA
G
r

Quadro 18 – Fundo de Maneio

Rubricas	Exercícios	
	2017	2016
Ativo Corrente(1)	1.558.795	1.603.070
Passivo Corrente (2)	12.271.622	18.558.323
Fundo de Maneio (3) = (1)-(2)	-10.712.827	-16.955.253

- **Rácios de Natureza Económica**

Quadro 19 – Rácios de Natureza Económica

Rubricas	Exercícios	
	2017	2016
Rendibilidade do Ativo (ROI) (1)	8%	-9%
Rendibilidade dos capitais Próprios (ROE) (2)(*)	-48%	35%

Notas:

(1) Resultados líquidos / Ativo total líquido

(2) Resultados líquidos / Capitais próprios

(*) Indicador negativo, já que ambas as componentes se apresentam negativas.

- **Rácios de Natureza Financeira**

Quadro 20 – Rácios de Natureza Financeira

Rubricas	Exercícios	
	2017	2016
Liquidez Geral (1)	0,13	0,09
Autonomia Financeira (2)	-15,97%	-24,39%
Solvabilidade (3)	-0,14	-0,20
Cobertura dos encargos financeiros (4)	-0,31	-0,60
Capacidade de endividamento (5)	0,83	0,74
Debt-to-equity (6)	-7,26	-5,10
Prazo médio de recebimentos (dias) (7)	20	136
Prazo médio de pagamentos (dias) (8)	8.390	6.777

Notas:

(1) Ativo corrente / Passivo corrente

(2) Capital próprio / Ativo total líquido

(3) Capital próprio / Passivo total

(4) (Resultados líquidos antes de impostos + Enc. Financ. Líquidos) / Enc. Financ. Líquidos

(5) Capitais permanentes / Passivos não correntes

(6) Total do Passivo / Capital próprio

(7) (Saldo de clientes C/C * 365 dias) / (Vendas + Prestação de serviços)

(8) (Saldo de fornecedores C/C * 365 dias) / Fornecimentos e serviços externos + Compras

6.2 Riscos

Risco de Crédito - resulta essencialmente dos saldos a receber de clientes resultantes de transações comerciais. Este risco é avaliado pelo departamento financeiro da SDNM, tendo em conta o histórico da relação comercial, a sua situação financeira, bem como de outras informações obtidas através da rede de negócios.

Risco de Liquidez - este é controlado pelo departamento financeiro da SDNM, sendo que este risco tem sido colmatado via transferências da RAM.

Risco de Taxa de Juro - resulta da variação desfavorável das taxas de juro ao qual a empresa está sujeita dado o seu serviço de dívida bancária.

Risco do Negócio - a Sociedade está sujeita às contingências do mercado, quer do mercado interno regional, quer do mercado externo, uma vez que tem um empreendimento vocacionado essencialmente para o turismo, o Parque Temático da Madeira.

6.3 Ações/Quotas Próprias

A sociedade não detém ações ou quotas próprias e não adquiriu nem alienou qualquer uma durante o último exercício.

6.4 Negócios entre a Empresa e os seus Gestores

Não se verificou a existência de qualquer negócio entre a empresa e os seus gestores, pelo que não se registou qualquer autorização com esse propósito.

6.5 Sucursais

A Sociedade não tem qualquer sucursal.

6.6 Débitos ao Setor Público estatal com Pagamentos em Mora

A empresa não regista qualquer dívida ao sector público estatal.

6.7 Situação face à Segurança Social

A empresa apresenta uma situação regularizada face à Segurança Social, não tendo dívida cujo pagamento esteja em mora, nem dívidas vencidas, ou qualquer acordo celebrado com o Centro de Segurança Social da Madeira para a regularização das mesmas.

6.8 Eventos Subsequentes

Não existem eventos ou factos posteriores ao encerramento das contas que devam ser divulgados e/ou considerados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

6.9 Proposta de Aplicação de Resultados

Atendendo ao disposto na Lei, mais propriamente ao estabelecido no CSC no que diz respeito à aplicação de Resultados, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício findo no montante de 4.614.410 Euros seja transferido para a Conta de Resultados Transitados, de acordo com o CSC.

Tendo em conta que metade do Capital Social se encontra perdido, ou seja, o Capital Próprio é negativo em 9.707.470 euros, e conforme o disposto na Lei, nomeadamente no CSC, Artigo 35.º, o Conselho de Administração informa os acionistas desta situação e solicita que sejam tomadas as medidas necessárias convenientes, o que, no entender deste Conselho de Administração deverá passar pelo Aumento de Capital por novas entradas em dinheiro, que mantenham pelo menos em dois terços a cobertura do Capital Social.

AAA
O
/

7 PERSPECTIVAS FUTURAS

7.2 Financiamento

A forma de financiamento prevista não sofreu grandes alterações em relação aos anos anteriores. A SDNM não dispõe, nem se prevê que possa dispor no imediato de condições para dar cumprimento aos reembolsos contratados, mantendo-se as atuais condições, i.e. dependência, quase exclusiva, de financiamento bancário e suporte do seu acionista para cobrir o investimento e inexistência de retorno económico dos seus empreendimentos, sendo este um problema transversal a todas as sociedades de desenvolvimento.

Aliás, a empresa apresenta uma situação de falência técnica por razões que se prendem com a natureza dos investimentos realizados, a preponderância de empreendimentos em que o retorno social é significativamente superior ao retorno económico, a inexistência de compensação pela fruição social dos investimentos realizados, a dependência quase exclusiva do financiamento com base no endividamento.

A manter-se o modelo de financiamento da sociedade, não se afigura, de qualquer forma, a possibilidade de inverter a tendência verificada, pelo que a aplicação do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais continuará a constituir preocupação e objeto de referência por parte da Administração da sociedade, em todos os momentos que a lei o impõe, para que o conjunto dos acionistas se mantenha informado e possa decidir pela melhor das soluções que preconiza a lei.

7.3 Mercados

A Sociedade de Desenvolvimento exerce a sua atividade no âmbito do seu objeto social que compreende a conceção, execução e construção dos correspondentes empreendimentos nos concelhos abrangidos.

A singularidade que caracteriza esta zona da Região é responsável pela definição de políticas de intervenção apropriadas e específicas.

7.4 Custos

Sendo a SDNM uma sociedade cujo único acionista é uma entidade pública, os constrangimentos à sua gestão são de natureza diversa duma sociedade meramente comercial.

Embora se tente sempre remunerar o capital, os objetivos de criação de emprego e de satisfação das necessidades locais, são, por opção clara e consciente do acionista, igualmente importantes, o que condiciona a evolução desta rubrica.

De qualquer modo, como sociedade comercial existe uma atenção no redimensionamento dos Recursos Humanos, formação, adaptação profissional e consequentemente produção e rentabilização do quadro existente.

7.5 Proveitos

No desenvolvimento da atividade da SDNM, e face ao ciclo da mesma, geram-se proveitos essencialmente provenientes da exploração dos espaços concessionados, das aplicações financeiras e trabalhos para a própria empresa.

A criação de mecanismos que possam garantir a cobrança efetiva da receita é determinante e foram reforçados no decurso do ano de 2017.

7.6 Fusão

A estratégia defendida pelo acionista RAM para as Sociedades de Desenvolvimento passa por um processo de fusão das quatro sociedades, a saber, a Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA, Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA, Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, SA e a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA.

Nesse sentido, desde 2010 que sem tem dado passos importantes para a concretização deste projeto. Desde logo com a nomeação de um único Conselho de Administração para as quatro sociedades e com a gradual integração de funções na área administrativa e operacional, aproveitando as sinergias assim criadas.

Por outro lado, em 2016 a RAM adquiriu as participações sociais detidas pelos Municípios em três das Sociedades de Desenvolvimento, estando em negociações para

adquirir a participação do município do Porto Santo na Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, SA.

Com a totalidade do capital social destas sociedades detido pela RAM, o passo seguinte é a regularização do imobilizado e a negociação com a banca estrangeira de modo a garantir a manutenção das condições de pricing.

7.7 Evolução Previsível

As perspetivas futuras para a evolução da atividade da SDNM passam fundamentalmente pela continuidade do trabalho programado, pela consolidação das iniciativas previstas e pela realização física dos investimentos projetados.

A natureza dos projetos em questão revela a necessidade de um compromisso efetivo ao nível do envolvimento do acionista, de forma a respeitar-se a viabilidade estudada para cada um dos investimentos.

Admite-se como certo que a estrutura de financiamento de cada um dos projetos, prevista nos respetivos estudos de viabilidade económica e financeira e constante dos Planos de Atividade de cada ano, condiciona o sucesso e a capacidade de persecução das iniciativas da Sociedade.

Pese embora a estrutura de financiamento definida e aprovada para cada um dos projetos de investimento, o Capital Social da Sociedade requer a atenção do acionista, por várias razões:

A fase de atividade em que se encontra a Sociedade, não permite, ainda, a exploração sustentada de todos os espaços e áreas previstas, pelo que as receitas de exploração, não satisfazem, nem poderiam satisfazer, um eventual compromisso de auto financiamento.

A natureza da atividade, a estrutura de financiamento dos projetos e a fase de exploração dos empreendimentos condicionam, objetivamente a natureza dos resultados da empresa, que por sua vez concorrem (negativamente) para o Capital Próprio da Sociedade.

A persistência de situações de incumprimento contratual de alguns concessionários/arrendatários, ao nível das contraprestações mensais a que estão

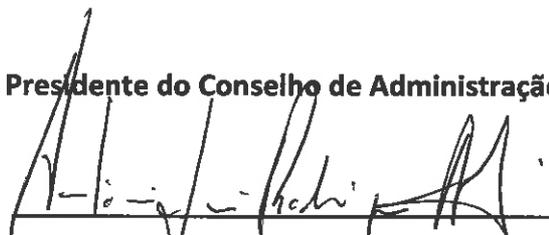
obrigados, compromete a gestão corrente e a sustentabilidade financeira necessária à continuidade das operações.

Ao acumular-se prejuízos que ameçam o equilíbrio do Capital Próprio da Sociedade, ao abrigo do previsto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, verifica-se, uma situação de incumprimento efetivo.

Face ao exposto, conforme previsto legalmente e informada a realidade da empresa pela Administração, vem esta propor, de entre as possibilidades previstas (n.º1 do artigo 35.º do CSC, a saber: A dissolução da sociedade, a redução do capital social, a realização de entradas em dinheiro que mantenham pelo menos em dois terços a cobertura do capital social, a adoção de medidas concretas tendentes a manter pelo menos em dois terços a cobertura do capital social) que o acionista promova um aumento do capital social da empresa, no valor que seja suficiente para satisfazer o equilíbrio requerido legalmente.

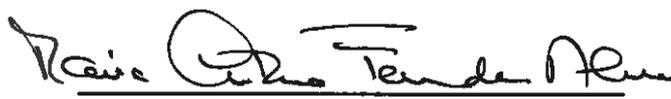
O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração



(António Abreu)

Vogal Executivo



(Cristina Alves)

Vogal Executivo



(João Nunes)

ANEXO

LISTA DOS ACCIONISTAS DA SOCIEDADE A 31/12/2017

- Titular de pelo menos 1/10 do Capital:
Região Autónoma da Madeira
- Titular de pelo menos 1/3 do Capital:
Região Autónoma da Madeira
- Titular de pelo menos 1/2 do Capital:
Região Autónoma da Madeira

LISTA DOS ACCIONISTAS QUE DEIXARAM DE SER TITULARES DE ACÇÕES

Acionistas que deixaram de ser titulares de pelo menos:

- 1/10 do Capital:
Nenhum
- 1/3 do Capital:
Nenhum
- 1/2 do Capital:
Nenhum

6
KIA
C
J

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, SA de acordo com o disposto no art.º 9º do Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho, apresenta os seguintes dados referentes ao exercício findo de 2017:

- Demonstração de Resultados por Natureza;
- Balanço;
- Fluxos de Caixa;
- Demonstrações das alterações no Capital próprio;
- Anexo.

Os Estatutos da empresa preveem a existência de Órgão de Fiscalização.

VE

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten mark

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE DA MADEIRA, S.A.

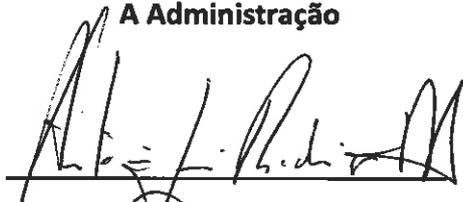
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31-Dez-17	31-Dez-16
Vendas e serviços prestados	16	367.218,94	349.857,79
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(5.867,94)	(13.229,86)
Fornecimentos e serviços externos	17	(254.068,41)	(316.769,95)
Gastos com o pessoal	18	(703.060,26)	(720.998,03)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	8	(19.233,89)	(8.134,92)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	(104.206,75)	(3.757,85)
Outros rendimentos	19	187.383,92	311.630,68
Outros gastos	20	(56.964,07)	(74.498,52)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(588.798,46)	(475.900,66)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(1.484.432,03)	(1.485.154,38)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(2.073.230,49)	(1.961.055,04)
Juros e rendimentos similares obtidos	21	6.985.240,81	
Juros e gastos similares suportados	21	(327.113,79)	(3.278.233,56)
Resultado antes de impostos		4.584.896,53	(5.239.288,60)
Imposto sobre o rendimento do período	22	29.513,93	(3.257,97)
Resultado líquido do período		4.614.410,46	(5.242.546,57)

A Administração

O Contabilista Certificado


 Raia Paula Tendo Almeida



 Vera Gomes

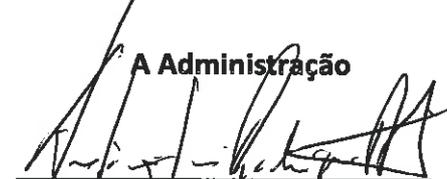
SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE DA MADEIRA, S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	31-Dez-17	31-Dez-16
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	6	59.240.519,04	59.896.176,07
<i>Total de ativo não corrente</i>		59.240.519,04	59.896.176,07
Ativo CORRENTE			
Inventários	7	180.002,38	202.825,67
Clientes	8	19.893,27	130.435,27
Estado e outros entes públicos	9	17.718,55	22.041,80
Outros créditos a receber	10	630.181,75	682.088,50
Caixa e depósitos bancários	5	710.999,17	565.679,18
<i>Total de ativo corrente</i>		1.558.795,12	1.603.070,42
TOTAL DO ATIVO		60.799.314,16	61.499.246,49
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	11	47.872.710,00	47.872.710,00
Prémios de emissão		4,94	4,94
Resultados transitados	11	(67.929.330,17)	(62.686.783,60)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	11 e 12	5.734.734,68	5.057.469,70
Resultado líquido do período		4.614.410,46	(5.242.546,57)
<i>Total de capital próprio atribuível aos accionistas da empresa-mãe</i>		(9.707.470,09)	(14.999.145,53)
Interesses minoritários		-	-
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		(9.707.470,09)	(14.999.145,53)
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos obtidos	13	56.819.855,42	55.507.468,31
Passivos por impostos diferidos	12	1.278.946,79	1.310.763,89
Outras contas a pagar	14	136.359,97	1.121.837,00
<i>Total do passivo não corrente</i>		58.235.162,18	57.940.069,20
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	14	5.838.917,54	5.005.155,79
Estado e outros entes públicos	9	12.834,18	23.764,91
Financiamentos obtidos	13	6.036.298,34	6.089.024,00
Outras contas a pagar	15	351.754,90	7.408.561,01
Passivos por impostos diferidos	12	31.817,11	31.817,11
<i>Total do passivo corrente</i>		12.271.622,07	18.558.322,82
TOTAL DO PASSIVO		70.506.784,25	76.498.392,02
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		60.799.314,16	61.499.246,49

A Administração

O Contabilista Certificado


Maria Cristina Tereza Almeida


Vera Gomes

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE DA MADEIRA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

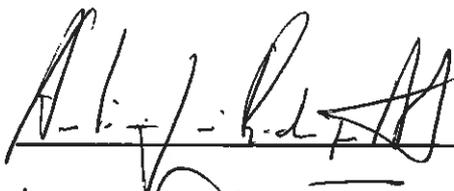
(MÉTODO DIRECTO)

(Montantes expressos em Euros)

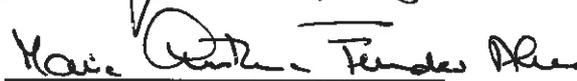
RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	31 DE DEZ 2017	31 DE DEZ 2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	471.969,17	443.636,93
Pagamentos a fornecedores	(354.999,41)	(743.065,70)
Pagamentos ao pessoal	(703.259,32)	(713.637,46)
Caixa gerada pelas operações	(586.289,56)	(1.013.066,23)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	6.423,71	(560,98)
Outros recebimentos/pagamentos	(96.674,53)	25.513,60
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(676.540,38)	(988.113,61)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(1.620,16)	(269.201,16)
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Subsídios ao investimento	51.906,99	-
Juros e rendimentos similares	-	-
Dividendos	-	-
Fluxos de caixa das actividades de Investimento (2)	50.286,83	(269.201,16)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	7.103.245,65	7.198.788,54
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(5.843.584,20)	(4.588.584,49)
Juros e gastos similares	(488.265,91)	(1.537.453,46)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	771.395,54	1.072.750,59
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	145.141,99	(184.564,18)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	565.679,18	750.243,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período	710.821,17	565.679,18

A Administração

O Contabilista Certificado









SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE DA MADERA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO ANO FIM DO 31 DE DEZEMBRO DE 2016

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transfidos	Doações	Subsídios ao investimentos	Resultado líquido do período	Total		Interesses minoritários
POSICÃO NO INICIO DE 2016		10.225.000,00	-	-	-	-	(57.515.181,19)	-	5.243.257,40	(5.317.417,13)	(47.364.350,92)	(47.364.350,92)	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	-	-	-	(5.171.592,41)	-	(185.787,70)	5.317.417,13	(39.962,98)	(39.962,98)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	-	-	-	-	-	(5.171.592,41)	-	(185.787,70)	5.317.417,13	(39.962,98)	(39.962,98)	
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.242.546,57)	(5.242.546,57)	(5.242.546,57)	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital		37.647.710,00	-	-	-	-	-	-	-	-	37.647.710,00	37.647.710,00	
Outras operações	5	37.647.710,00	-	4,94	-	-	-	-	-	4,94	4,94	4,94	
POSICÃO NO FIM DE 2016		47.872.710,00	-	4,94	-	-	(62.886.783,60)	-	5.057.469,70	(5.242.546,57)	(14.999.145,53)	(14.999.145,53)	
POSICÃO NO INICIO DE 2017		47.872.710,00	-	4,94	-	-	(62.886.783,60)	-	5.057.469,70	(5.242.546,57)	(14.999.145,53)	(14.999.145,53)	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Instituição do Passivo por impostos diferidos relativos aos Subsídios ao investimento		-	-	-	-	-	-	-	(151.510,02)	-	(151.510,02)	(151.510,02)	
Doação de Terrenos		-	-	-	-	-	-	828.775,00	-	-	828.775,00	828.775,00	
Aplicação dos resultado líquido de 2016		-	-	-	-	-	(5.242.546,57)	-	5.242.546,57	-	-	-	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	-	-	-	-	-	(5.242.546,57)	-	828.775,00	(151.510,02)	677.264,98	677.264,98	
RESULTADO INTEGRAL	8	-	-	-	-	-	-	-	-	4.614.410,46	4.614.410,46	4.614.410,46	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras operações	9=7+8	-	-	-	-	-	-	-	-	9.866.957,03	5.281.675,44	5.281.675,44	
POSICÃO NO FIM DE 2017	10	47.872.710,00	-	4,94	-	-	(67.929.330,17)	828.775,00	4.905.959,68	4.614.410,46	(9.707.470,09)	(9.707.470,09)	

(1) - O euro, admitido-se, em função da dimensão e antiguidade de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração

Raice Deth Fende Alen

O Contabilista Certificado

Verasomes

15
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
1

III. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em Euros)

22. NOTA INTRODUTÓRIA

A Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S. A, pessoa coletiva n.º511 200 889, é uma sociedade anónima, constituída em 29 de Março de 2001, com sede à Avenida Zarco, Palácio do Governo, Funchal, exercendo a atividade de conceção, promoção, constituição e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural dos concelhos de Porto Moniz, São Vicente e Santana,

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, desempenho financeiro e fluxos de caixa. Contudo, as mesmas Demonstrações Financeiras estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

As demonstrações financeiras são expressas monetariamente em euros, salvo se indicado em contrário.

O balanço em 31 de dezembro de 2017, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, fazem parte integrante do presente anexo, não devendo ser lidos separadamente.

23. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor em Portugal.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, fiabilidade e comparabilidade.

As demonstrações financeiras que incluem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, foram aprovadas pelo órgão de Gestão da Empresa, no dia 27 de Fevereiro de 2018, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substancia sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela SDNM, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas nas notas 6 a 10.

V
AA
CA
/

2.2 Indicação das contas de Balanço e de Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores do Balanço a 31 de dezembro de 2017 e da Demonstração dos Resultados em 2017 são comparáveis com os do exercício anterior.

2.3 Adoção pela primeira vez das NCRF

A Sociedade adotou as NCRF's, emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2010. A data de transição foi 1 de janeiro de 2009.

2.4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2017 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2016, apresentada para efeitos comparativos.

3 PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo de aquisição à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas calculadas de forma a que o valor dos ativos seja reintegrado durante a sua vida útil estimada, e são efetuadas por duodécimos.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

As taxas aplicadas à globalidade dos ativos fixos tangíveis resumem-se como segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	2 – 5
Equipamento básico	5– 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 – 8
Outros ativos fixos tangíveis	8

3.2 Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. A sociedade realiza os testes de imparidade em dezembro de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolvidas indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.3 Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/mensurados:

- (a). Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b). Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A SDNM classifica e mensura ao custo os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que

✓ 
não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

São registados ao custo os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável. 

A SDNM avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiro não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;

Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;

Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;

Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a SDNM se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado ("bid"). Se não existir um mercado ativo, a SDNM estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de "cash-flows" descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da entidade visada.

A Sociedade avalia a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros, sofreram perda de valor. No caso de participações de capital classificadas como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor (+ 20%) abaixo do seu custo é considerado como um indicador de que o ativo financeiro está em situação de imparidade.

Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

As participações em fundos estão valorizadas ao custo deduzido das perdas por imparidade que são determinadas em funções dos valores de cotação na data de relato.

3.4 Inventários

Mercadorias

As mercadorias são mensuradas pelo custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo inclui todos os gastos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local em condições de serem negociados.

O valor realizável líquido é constituído pelo valor de venda expectável dos inventários, deduzido de todos os custos para a realização dessa mesma venda.

O método de custeio das saídas utilizado é o do custo médio ponderado.

Os inventários são reconhecidos como gastos, no momento da realização do respetivo rédito e ainda pelo reconhecimento quer de ajustamentos para o valor realizável líquido quer de quaisquer outros ajustamentos ou perdas.

3.5 Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da empresa, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras da SDNM e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em

moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

VG
AAA
G
L

3.6 Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas ao justo valor (valor nominal), deduzido dos respetivos ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Ajustamento de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.7 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

3.8 Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a). Ao custo menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b). Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Sociedade classifica e mensura ao custo os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

São registados ao custo os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem

como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

A IAS 39 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

- i). Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- ii). Outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros incluem os financiamentos obtidos e fornecedores e outras contas a pagar. Os fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

3.9 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos ao custo (valor nominal).

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente e no passivo não corrente no caso de a empresa ter o direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Impostos Correntes

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Consequentemente, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

Também de acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência, no caso de prejuízos fiscais apurados nos anos de 2012 e 2013, doze anos no caso de prejuízos fiscais apurados nos anos de 2014, 2015 e 2016, e cinco anos a partir de 2017, sendo suscetíveis de dedução a

VB AA
lucros fiscais gerados durante esse período. A partir de 2014, essa dedução só é permitida até ao limite de 70% do lucro tributável.

CA
A Empresa não tem qualquer responsabilidade a pagar de IRC, exceto no que respeita à tributação autónoma, dado os prejuízos fiscais de que ainda dispõe.

Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

A SDNM regista passivos por impostos diferidos derivados do reconhecimento dos subsídios ao investimento nos capitais próprios.

3.11 Benefícios aos empregados

A Sociedade não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma aos seus ex-trabalhadores.

3.12 Pessoal ao serviço da empresa

Em 31 de Dezembro de 2017, o número médio de colaboradores ao serviço da empresa durante o exercício foi de 41 pessoas (31.12.2016: 45 pessoas).

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a sociedade tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a SDNM divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.14 Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

3.15 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e propriedades de investimento são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/ amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

3.16 Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17 Capitalização de custos com empréstimos

Os custos com empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde á media ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos, deve ser suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido seja interrompido.

3.18 Conversão de saldos expressos em moeda estrangeira

Os saldos expressos em moeda estrangeira estão atualizados a câmbios que se aproximam do oficial em vigor à data do balanço. As diferenças de câmbio resultantes destas atualizações são contabilizadas nos resultados.

3.19 Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a sociedade detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a SDNM tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.20 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("eventos ajustáveis"), são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("eventos não

ajustáveis”), são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.21 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.21.1 Provisões

A Sociedade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

À data de 31 de dezembro, a Sociedade não registou qualquer provisão por não ser aplicável.

3.21.2 Ativos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional, tendo em consideração o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

3.21.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da SDNM, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.22 Principais pressupostos relativamente ao futuro

Desde 2005 que a empresa apresenta uma situação de falência técnica. As razões prendem-se com aspetos conhecidos de todos (nomeadamente, a natureza dos investimentos realizados, a preponderância de empreendimentos em que o retorno social é significativamente superior ao retorno económico, a inexistência de compensação pela fruição social dos investimentos realizados, a dependência quase exclusiva do financiamento com base no endividamento). A manter-se o modelo de financiamento da sociedade, não se afigura, de qualquer forma, a possibilidade de inverter a tendência verificada, pelo que a aplicação do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais continuará a constituir preocupação e objeto de referência por parte da Administração da

empresa, em todos os momentos que a lei o impõe, para que o conjunto dos acionistas se mantenha informado e possa decidir pela melhor das soluções que preconiza a lei.

Sendo a SDNM uma sociedade de desenvolvimento cujo único acionista é uma entidade pública, os constrangimentos à sua gestão são de natureza diversa duma sociedade meramente comercial. Embora em ambas se tente sempre o triplo objetivo de remunerar o capital, de criar emprego e de satisfazer clientes, na SDNM, por opção clara e consciente do acionista a primeira opção é importante mas deve ser, sempre que necessário, "sacrificada" em relação à segunda e terceira – gerar emprego e satisfazer clientes - duma forma diferente das sociedades meramente comerciais.

Pese embora a estrutura de financiamento definida e aprovada para cada um dos projetos de investimento, o Capital Social da Sociedade requer a atenção do acionista. Por várias razões:

A necessidade extrema de financiar a sua atividade com o recurso, quase exclusivo a capitais alheios, entenda-se suprimentos da RAM, empréstimos bancários ou outros da mesma natureza.

A fase de atividade em que se encontra a Sociedade, focalizada na concretização de relevantes investimentos, não permite, ainda, a exploração de todos os espaços e áreas previstas, pelo que as receitas de exploração, não satisfazem, nem poderiam satisfazer, um eventual compromisso de auto financiamento.

A natureza da atividade, a estrutura de financiamento dos projetos e a fase embrionária no que respeita à exploração dos empreendimentos condicionam, objetivamente a natureza dos resultados da empresa, que por sua vez concorrem para o Capital Próprio da Sociedade.

Ao acumular-se prejuízos que ameaçam o equilíbrio do Capital Próprio da Sociedade, ao abrigo do previsto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, verifica-se, com referência ao exercício de 2017 uma situação de incumprimento efetivo.

Em assembleia geral realizada em 25 de novembro de 2016, o acionista RAM efetuou um aumento de capital em espécie, por conversão dos contratos de mútuo no montante global de 37.647.714,94 euros. No entanto, esse aumento de capital ainda não é suficiente para equilibrar a estrutura de capital da empresa.

Face ao exposto conforme previsto legalmente e informada a realidade da empresa pela Administração, vem esta propor, de entre as possibilidades previstas (nº1 do artigo 35º do

V6 AA

CSC, a saber: A dissolução da sociedade, a redução do capital social, a realização de entradas em dinheiro que mantenham pelo menos em dois terços a cobertura do capital social, a adoção de medidas concretas tendentes a manter pelo menos em dois terços a cobertura do capital social) que o acionista promova um aumento do capital social da empresa, no valor que seja suficiente para satisfazer o equilíbrio requerido legalmente.

G
/r

4 GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

A Sociedade não está sujeita a riscos das cotações de mercado dos ativos financeiros nem a riscos de taxa de câmbio. Está sujeita a riscos de taxas de juro, dado que tem financiamentos bancários. Ao nível do risco de negócio, a Sociedade está sujeita às contingências do mercado, quer do mercado interno regional, quer do mercado externo, uma vez que tem um empreendimento vocacionado essencialmente para o turismo, o Parque Temático da Madeira.

5 FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, e detalha-se como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Caixa	2.644,10	3.916,95
Depósitos à ordem	708.355,07	561.762,23
Depósitos a prazo (i)	-	-
(...)	-	-
Outras	-	-
TOTAL	710.999,17	565.679,18

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os anos findos em 31.12.2017 e 31.12.2016, os movimentos registados em Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Diminuições	Saldo em 31-Dez-16
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	2.727.700,22	-	-	-	-	2.727.700,22
Edifícios e outras construções	74.131.846,20	0,00	-	-	-	74.131.846,20
Equipamento básico	2.257.878,72	5.628	-	-	-	2.263.507,11
Equipamento de transporte	38.624,66	-	-	-	-	38.624,66
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	503.792,68	-	-	-	-	503.792,68
Outros activos fixos tangíveis	83.195,33	-	-	-	-	83.195,33
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	79.743.037,81	5.628,39	-	-	-	79.748.666,20
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	15.499.947,97	1.482.634,50	-	-	-	16.982.582,47
Equipamento básico	2.256.026,65	1.831,16	-	-	-	2.257.857,81
Equipamento de transporte	38.624,66	0,00	-	-	-	38.624,66
Equipamento biológico	0,00	0,00	-	-	-	-
Equipamento administrativo	489.541,14	688,72	-	-	-	490.229,86
Outros activos fixos tangíveis	83.195,33	0,00	-	-	-	83.195,33
	18.367.335,75	1.485.154,38	-	-	-	19.852.490,13
Activo Líquido	61.375.702,06					59.896.176,07
	31 de Dezembro de 2017					
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-17
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	2.727.700,22	828.775,00	-	-	-	3.556.475,22
Edifícios e outras construções	74.131.846,20	-	-	-	-	74.131.846,20
Equipamento básico	2.263.507,11	-	-	-	-	2.263.507,11
Equipamento de transporte	38.624,66	-	-	-	-	38.624,66
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	503.792,68	-	-	-	-	503.792,68
Outros activos fixos tangíveis	83.195,33	-	-	-	-	83.195,33
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	79.748.666,20	0,00	-	-	-	80.577.441,20
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	16.982.582,47	1.482.634,59	-	-	-	18.465.217,06
Equipamento básico	2.257.857,81	1.204,20	-	-	-	2.259.062,01
Equipamento de transporte	38.624,66	-	-	-	-	38.624,66
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	490.229,86	593,24	-	-	-	490.823,10
Outros activos fixos tangíveis	83.195,33	-	-	-	-	83.195,33
	19.852.490,13	1.484.432,03	-	-	-	21.336.922,16
Activo Líquido	59.896.176,07					59.240.519,04

7 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os "Inventários" da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	<u>31-12-2017</u>	<u>31-12-2016</u>
Saldo Inicial	202.825,67	222.288,08
Compras	1.707,13	-
Regularizações	-	-984,13
Perdas por imparidade	-24.530,42	-5.248,42
Saldo final	180.002,38	202.825,67
CMVMC	5.867,94	13.229,86

As perdas por imparidade referem-se aos inventários registados no Centro de Ciência Viva no montante de 5.296,03 euros e nas Grutas de São Vicente e Pavilhão do Vulcanismo no montante de 19.233,89 euros, o que totaliza 24.530,42 euros.

8 CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os "Clientes" da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2017			31-12-2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Clientes conta corrente	19.893,27	-	19.893,27	130.435,27	-	130.435,27
Clientes – cobrança duvidosa	211.702,00	-	211.702,00	107.495,00	-	-107.495,00
Perdas imparidade	-211.702,00	-	-211.702,00	-107.495,00	-	-107.495,00
TOTAL	19.893,27	-	19.893,27	130.435,27	-	130.435,27

Em 2017 as perdas por imparidade foram objeto de reforço no montante de 104.207 euros.

9 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas	-2.303,17	-3.257,97
Pagamento Especial por Conta	9.696,00	11.388,00
Retenção na Fonte IRC	9.733,92	9.681,68
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	591,80	4.230,09
Outros impostos e taxas	-	-
TOTAL	17.718,55	22.041,80
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	-	-
Estimativa de Imposto	-	-
Retenção de Imposto sobre o Rendimento	234,38	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	983,66
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	-	-
Segurança Social	12.599,80	22.281,11
Outros impostos e taxas	-	500,14
TOTAL	12.834,18	23.764,91

10 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Devedores por acréscimos de rendimentos:	-	-
Outros Devedores	630.181,75	682.088,50
TOTAL	630.181,75	682.088,50

Incluem 585.839 euros de entidades relacionadas (Nota 23).

11 CAPITAL E RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2017, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 9.574.542 ações com o valor nominal de 5,00 Euros, conforme indicado.

	% Capital	Valor	N.º Ações	Valor de cada Ação	Valor Nominal
RAM	100%	47.872.710,00	9.574.542	5	47.872.710,00

Durante o exercício de 2016, foi deliberado aumentar o capital social em 37.647.710,00 euros, através da incorporação dos contratos mútuos celebrados, até 2015, entre a sociedade e a acionista Região Autónoma da Madeira.

Este aumento de capital obteve o visto do Tribunal de Contas em 21 de abril de 2017, que fixou os emolumentos em 37.647,71 euros. A sociedade recorreu e o tribunal de contas veio fixar o valor dos emolumentos em 17.150 euros. Dado que a sociedade recorreu deste montante para o Tribunal Constitucional, alegando o princípio da proporcionalidade, e como tal não procedeu à sua liquidação o capital social formalmente ainda não foi objeto de registo junto da Conservatória do Registo Comercial.

Conforme deliberado em Assembleia Geral realizada em 04 de Abril de 2017 o resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 de 5.242.546,57 euros foi transferido para resultados transitados.

Os resultados transitados negativos totalizam em 31 de Dezembro de 2017 o valor de 67.929.330,17 euros.

12 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO/ PASSIVO POR IMPOSTO DIFERIDO

Os subsídios destinados ao investimento são reconhecidos em resultados, conforme Nota 3, de acordo com o período de vida útil dos ativos tangíveis respetivos, tendo sido reconhecido no exercício de 2017 o montante de 151.510,01 euros.

	Subsídio	Passivo por imposto diferido
Saldo Inicial	5.057.469,69	1.342.581,01
Imputação ao exercício	-151.510,01	-31.817,11
Saldo Final	4.905.959,68	1.310.763,90

Assim, a imputação do imposto diferido ao exercício ascende a 31.817,10 euros, sendo o valor do Imposto diferido à data de 31.12.2017 de 1.310.763,60 euros.

13 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os "Financiamentos obtidos" pela Empresa apresentavam a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Não Corrente		
Empréstimos Bancários	56.819.855,42	55.507.468,31
Corrente		
Empréstimos Bancários	6.036.298,34	6.089.024,00

Os vários financiamentos bancários decompõem-se da seguinte forma:

Montante	Instituição	Finalidade	Data	Observações	Prazo
21.000.000,00	BANCA OPI	Investimento	31-10-2007	Período de carência 10 anos	25
14.000.000,00	Depfa	Investimento	23-10-2006	Período de carência 10 anos	25
8.666.666,68	Deutsche BANK	Investimento	22-12-2005	Período de carência 10 anos	25
1.324.462,84	Santander Totta	Liquidação Responsabilidades junto do Santander (ex-Banif)	20-05-2011		7
3.141.315,32	Santander Totta	Liquidação contrato empréstimo junto do Santander (ex-Banif)	20-05-2011		10
7.198.788,54	Santander Totta	Necessidades de Tesouraria	31-12-2016	Período de carência 4 anos	20
7.101.720,65	Santander Totta	Necessidades de Tesouraria	13-01-2017	Período de carência 4 anos	18
298.998,14	Santander Totta	Acordo de regularização de dívida	31-10-2014		4
124.201,59	Santander Totta	Acordo de regularização de dívida	31-10-2014		4

Foram celebrados vários Contratos de Mútuo entre a RAM e a SDNM para fazer face às necessidades de tesouraria, nomeadamente, para regularizar encargos com amortizações de capital de operações financeiras contratadas pela sociedade junto do sistema bancário e, o remanescente, para pagamento de juros e demais despesas correlacionadas.

14 FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Fornecedores conta corrente	31-Dez-17	31-Dez-16
Empresa de Eletricidade da Madeira	801.321,01	48.747,57
Construções Pires Coelho e Fernandes, SA	3.796.770,20	3.796.770,20
Seth - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.	287.994,25	287.994,25
Somague - Engenharia Madeira, S.A.	280.000,00	280.000,00
Outros	672.832,08	591.643,77
TOTAL	5.838.917,54	5.005.155,79

16 AA
Do valor global em dívida a fornecedores, cerca de 1.100 milhares já foram objeto de acordo de pagamento, pelo que 136.359,97 euros são dívidas não corrente.

O saldo a pagar à sociedade Construções Pires Coelho refere-se a juros de mora relacionados com a construção de infraestruturas, cujo processo corre termos em tribunal. Para os restantes saldos a Sociedade encontra-se neste momento em fase de discussão para a celebração de acordos de pagamento.

15 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 a rubrica “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores de Imobilizado	10.306,81	10.306,81
Acréscimos Gastos Diversos	98.888,00	164.645,00
Acréscimos de Juros Swaps	-	6.985.241,00
Entidades Relacionadas	236.547,00	236.547,00
Outros	6.013,09	11.821,20
TOTAL	351.754,90	7.408.561,01
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Outros Contas a Pagar	136.359,97	1.121.837,00
TOTAL	136.359,97	1.121.837,00

O saldo de Juros Bancários vencidos – 6.985.240,81 Euros em 2016 correspondem ao acréscimo de juros vencidos em 2014 a 2016 regularizados em 2017 conforme nota 21.

16 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 o rédito reconhecido apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Venda de mercadorias	8.538,20	8.405,26
Prestação de Serviços	358.680,74	341.452,53
Total	367.218,94	349.857,79

17 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os "Fornecimentos e serviços externos" dos anos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 detalham-se conforme se segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Serviços especializados	25.101,37	25.147,31
Publicidade	0,00	1.540,00
Conservação e reparação	11.551,10	9.485,89
Ferramentas e utensílios	1.369,21	1.717,94
Material de escritório	2.053,65	2.082,53
Eletricidade	96.732,17	104.173,85
Deslocações e estadas	417,50	218,77
Comunicação	10.470,46	11.370,90
Combustíveis	5.677,11	7.485,30
Água	13.176,85	13.176,85
Outros FSE	87.518,99	140.370,61
TOTAL	254.068,41	316.769,95

18 GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal nos anos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 detalham-se conforme se segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Remunerações dos órgãos sociais	40.405,91	27.673,05
Remunerações do pessoal	538.648,14	557.599,06
Indemnizações	0,00	2.593,69
Encargos sobre remunerações	124.006,21	127.310,73
Seguros	0,00	5.821,50
TOTAL	703.060,26	720.998,03

19 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 têm a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Outros rendimentos e ganhos	187.383,92	311.630,68
TOTAL	187.383,92	311.630,68

A rubrica "Outros Rendimentos e Ganhos" refere-se essencialmente à imputação de subsídios para investimento na quantia de 151.510,01 Euros. (Nota 12).

20 OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros gastos e perdas dos anos findos em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016 têm a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Impostos	51.527,75	69.979,08
Outros gastos e perdas	5.436,32	4.519,44
TOTAL	56.964,07	74.498,52

Os impostos correspondem essencialmente ao imposto de selo sobre juros cobrados pelo banco relativamente aos empréstimos nacionais e imposto de selo pago sobre os empréstimos estrangeiros. Para além desse imposto, foram pagas taxas ao Governo Regional, pelo aval que este concedeu a alguns contratos de financiamento.

21 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros e rendimentos similares obtidos nos anos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 31 de Dezembro de 2016 têm a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Juros e rendimentos similares obtidos		
Outros rendimentos similares	6.985.240,81	-
TOTAL	6.985.240,81	0,00
Juros e gastos similares suportados		
Financiamentos obtidos	305.507,39	3.076.161,09
Juros de mora	27,98	165.910,72
Outros gastos e perdas de financiamento	21.578,42	36.161,75
TOTAL	327.113,79	3.278.233,56

✓ AAA

O valor da rubrica outros rendimentos similares em 2017 corresponde à regularização dos acréscimos de gastos de juros dos Swaps contratados com o Santander e que foram regularizados na sequência da renegociação e cedência da posição contratual à RAM – Região Autónoma da Madeira, a qual assumiu a dívida e os encargos financeiros vencidos e vincendos. (A)

22 IMPOSTO DO EXERCÍCIO

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	2017
Imposto s/ rendimento corrente	-2.303,17
Imposto s/ rendimento diferido	31.817,10
	29.513,93

O imposto corrente do exercício refere-se apenas à Tributação Autónoma, dado que a empresa em 2016 e exercícios anteriores gerou prejuízos fiscais.

23 PARTES RELACIONADAS

23.1.1. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sociedade foi considerado de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração auferiu 40.405 euros (2016: 27.673 euros) de remuneração.

23.1.2. Honorários do Fiscal Único

Durante o exercício findo em 31.12.2017 os honorários do Fiscal Único foram os seguintes:

	Valor EUR
Remuneração do Fiscal Único	6.000,00

23.1.3. Saldos entre partes relacionadas

	Créditos a receber	Créditos a pagar	Empréstimos de acionistas
Governo Regional da Madeira	-	-	14.300.509,19
Soc. Desenvolvimento do Porto Santo	386.823,63	-236.547,23	
Soc. Metropolitana de Desenvolvimento	4.900,89		
Ponta do Oeste	194.114,46		
TOTAL	585.838,98	-236.547,23	14.300.509,19

Durante o exercício de 2017 não houve qualquer transação entre as diversas entidades relacionadas.

24 COMPROMISSOS / CONTINGÊNCIAS / RESPONSABILIDADES – GARANTIAS PRESTADAS E LETRAS DESCONTADAS

À data de 31 de dezembro de 2017 não existem quaisquer contingências ou compromissos não registados no Balanço.

25 DIVIDAS EM MORA AO ESTADO

À data de 31 de dezembro de 2017 não existiam dívidas em mora ao estado.

26 EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

27 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício no montante de 4.614.410,46 euros seja objeto de transferência para resultados transitados.

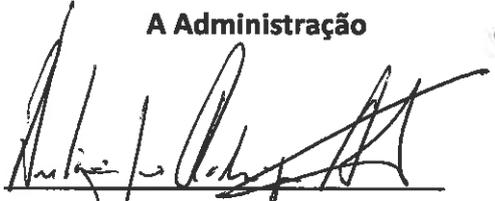
28 INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), durante o exercício de 2017 a sociedade não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2017.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do artº 66º do CSC.

Funchal, 01 de março de 2018

A Administração



Maia Gomes Tenor Alves


O Contabilista Certificado



Vera Gomes

AM
G

IV. DECLARAÇÕES LCPA



Declaração de recebimentos em atraso

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 22/2015, de 17 de Março (Quarta alteração à Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), declara-se que todos os recebimentos em atraso existentes em 31 de Dezembro de 2017, estão devidamente identificados no quadro anexo, sendo o seu valor global de 227.814,90€ (duzentos e vinte e sete mil oitocentos e catorze euros e noventa cêntimos).

Funchal, 31 de Janeiro de 2018

O Conselho de Administração

(António Abreu)

(Cristina Alves)

(João Nunes)

AAA
 C
 J

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Designação Cliente	Montante (Eur)
0000001	2012-01-01	070201	145737969	ADELINO GOMES FRANCO	142,50
0000163	2012-01-01	070208	671000497	ADRAM	90,00
0000180	2012-01-01	070208	501917829	ANTONIO ATALAIÁ VIAGENS E TURISMO	160,00
0000203	2012-01-01	070208	671000497	Direção Regional De Educação	240,00
0000176	2012-01-01	070208	671001337	E. PROFESSIONAL DE HTL E TURISMO MADEIRA	230,00
0000181	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000182	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000183	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000184	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000187	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000188	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000190	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000191	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000192	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000193	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000198	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000199	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000218	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000219	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000221	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000222	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000224	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000227	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000228	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000229	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000230	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000231	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000232	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000233	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000234	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000235	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000236	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000238	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000239	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000242	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000243	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000245	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	6,00
0000195	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	9,00
0000197	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	9,00
0000189	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	12,00
0000194	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	12,00
0000196	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	12,00
0000200	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	12,00
0000201	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	12,00
0000226	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	12,00
0000244	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	12,00
0000202	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	15,00
0000223	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	15,00
0000240	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	15,00
0000220	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	18,00
0000225	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	18,00
0000241	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	18,00
0000185	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	21,00
0000237	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	21,00
0000186	2012-01-01	070208	504683969	Entremares Viagens	39,00
0000164	2012-01-01	070208	671000497	Escola Básica Da Tapada Das Mercês	100,00
0000166	2012-01-01	070208	680010246	Escola da Seara Velha - Curral	75,00
0000169	2012-01-01	070208	671000586	Escola Dr Angelo Augusto da Silva	75,00
0000209	2012-01-01	070208	503806668	Estivaltur	10,00
0000211	2012-01-01	070208	503806668	Estivaltur	10,00



Funchal - Av. D. João II, 64
Funchal, 91 andar
9064-517 Funchal
Tl: 291 225 760
Fax: 291 225 731
NIF: 511 225 482
CIPC: 8995120006
Capital Social 20.325.000,00€
e-mail: f@www.f@scsistemas.com

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Designação Cliente	Montante (Eur)
0000212	2012-01-01	070208	503806668	Estivaltur	10,00
0000208	2012-01-01	070208	503806668	Estivaltur	20,00
0000207	2012-01-01	070208	503806668	Estivaltur	30,00
0000210	2012-01-01	070208	503806668	Estivaltur	70,00
0000214	2012-01-01	070208	503806668	Estivaltur	100,00
0000213	2012-01-01	070208	503806668	Estivaltur	135,00
0000170	2012-01-01	070208	511070373	Festival Tours	10,00
0000172	2012-01-01	070208	511070373	Festival Tours	10,00
0000171	2012-01-01	070208	511070373	Festival Tours	230,00
0000028	2012-01-01	070201	510029850	LARANJA & MENDONÇA, CAFÉS, LDA (BAR CCS)	41,12
0000030	2012-01-01	070201	510029850	LARANJA & MENDONÇA, CAFÉS, LDA (BAR CCS)	130,08
0000027	2012-01-01	070201	510029850	LARANJA & MENDONÇA, CAFÉS, LDA (BAR CCS)	152,29
0000029	2012-01-01	070201	510029850	LARANJA & MENDONÇA, CAFÉS, LDA (BAR CCS)	527,44
0000165	2012-01-01	070208	502417307	Lets Travel	512,00
0000031	2012-01-01	070201	105969907	Manuel Aníbal Teixeira De Jesus	1 778,40
0000042	2012-01-01	070201	511240112	Município de São Vicente	575,00
0000043	2012-01-01	070201	511240112	Município de São Vicente	575,00
0000044	2012-01-01	070201	511240112	Município de São Vicente	575,00
0000045	2012-01-01	070201	511240112	Município de São Vicente	575,00
0000046	2012-01-01	070201	511240112	Município de São Vicente	580,00
0000047	2012-01-01	070201	511240112	Município de São Vicente	610,00
0000252	2012-01-01	070208	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	3,00
0000258	2012-01-01	070208	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	6,00
0000011	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	8,24
0000248	2012-01-01	070208	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	9,00
0000249	2012-01-01	070208	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	9,00
0000253	2012-01-01	070208	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	9,00
0000246	2012-01-01	070208	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	12,00
0000255	2012-01-01	070208	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	12,00
0000256	2012-01-01	070208	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	12,00
0000247	2012-01-01	070208	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	15,00
0000251	2012-01-01	070208	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	18,00
0000257	2012-01-01	070208	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	90,00
0000019	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	97,73
0000009	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	101,24
0000010	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	105,60
0000023	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	116,70
0000013	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	128,71
0000089	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	128,71
0000021	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	153,05
0000008	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	208,11
0000006	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	261,05
0000015	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	267,33
0000012	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	275,99
0000017	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	286,59
0000014	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	288,81
0000005	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	291,31
0000004	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	302,64
0000018	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	309,88
0000003	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	349,91
0000020	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	353,26
0000007	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	397,57
0000250	2012-01-01	070208	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	430,00
0000016	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	449,11
0000077	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	623,36
0000080	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	623,36
0000083	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	623,36
0000254	2012-01-01	070208	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	640,00
0000022	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	688,41
0000079	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	777,26



Paulhal - J. - Camo 66.6v.
Freguesia, 39 andar
1050-527 Paulhal
Tlx: 201 813 749
Fax: 201 815 758
NIF: 501 206 899
CIPC: 00901029441
Capital Social 10.225.000,00€
email: financing@paulhal.com

Handwritten signatures and initials in blue ink.

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Designação Cliente	Montante (Eur)
0000082	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	777,26
0000085	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	777,26
0000113	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	858,27
0000112	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	864,16
0000068	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	890,51
0000071	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	890,51
0000074	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	890,51
0000114	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	939,94
0000086	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	983,39
0000090	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	983,39
0000093	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	983,39
0000106	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	983,39
0000109	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	983,39
0000102	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 104,44
0000070	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 110,36
0000073	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 110,36
0000076	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 110,36
0000069	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 117,76
0000072	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 117,76
0000075	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 117,76
0000067	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 147,48
0000078	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 173,65
0000081	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 173,65
0000084	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 173,65
0000088	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 226,19
0000092	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 226,19
0000095	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 226,19
0000108	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 226,19
0000111	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 226,19
0000107	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 234,36
0000110	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 234,36
0000096	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 639,00
0000099	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 639,00
0000103	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 639,00
0000087	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 851,55
0000091	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 851,55
0000094	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 851,55
0000098	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	2 043,65
0000101	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	2 043,65
0000105	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	2 043,65
0000097	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	3 085,90
0000100	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	3 085,90
0000104	2012-01-01	070201	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	3 085,90
0000217	2012-01-01	070208	511021429	PANORAMA VIAGENS	30,00
0000205	2012-01-01	070208	511021429	PANORAMA VIAGENS	33,60
0000175	2012-01-01	070208	511021429	PANORAMA VIAGENS	40,00
0000216	2012-01-01	070208	511021429	PANORAMA VIAGENS	40,00
0000174	2012-01-01	070208	511021429	PANORAMA VIAGENS	55,00
0000215	2012-01-01	070208	511021429	PANORAMA VIAGENS	60,00
0000173	2012-01-01	070208	511021429	PANORAMA VIAGENS	75,00
0000204	2012-01-01	070208	511021429	PANORAMA VIAGENS	118,00
0000117	2012-01-01	070201	511244746	Quiosque do Descobrimentos	7,00
0000115	2012-01-01	070201	511244746	Quiosque do Descobrimentos	537,64
0000116	2012-01-01	070201	511244746	Quiosque do Descobrimentos	709,56
0000118	2012-01-01	070201	511244746	Quiosque do Descobrimentos	805,00
0000122	2012-01-01	070201	511244290	Snack Bar do parque Urbano	18,49
0000123	2012-01-01	070201	511244290	Snack Bar do parque Urbano	560,52
0000124	2012-01-01	070201	511244290	Snack Bar do parque Urbano	560,52
0000125	2012-01-01	070201	511244290	Snack Bar do parque Urbano	560,52
0000073	2012-01-01	070299	511099177	TECNOVIA MADEIRA, SA	15 439,60



DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Designação Cliente	Montante (Eur)
0000054	2013-12-19	070208	509561349	TRAVEL MY WAY	72,00
0000062	2013-12-19	070208	511104880	WORLD TRAVEL	76,00
0000186	2013-12-31	070208	511083939	JC Tours - AGENCIA DE VIAGENS	163,20
0000005	2013-12-31	070208	509561349	TRAVEL MY WAY	- 66,00
0000078	2013-12-31	070208	509561349	TRAVEL MY WAY	66,00
0000185	2013-12-31	070208	509561349	TRAVEL MY WAY	91,20
0000001	2014-02-01	070201	511240112	Município de São Vicente	240,00
0000030	2014-03-08	070201	511240112	Município de São Vicente	610,00
0000031	2014-03-08	070201	511038666	Vieira & Ornelas, LDA	1 990,55
0000034	2014-03-31	070201	510029850	LARANJA & MENDONÇA, CAFÉS, LDA (BAR CCS)	19,97
0000035	2014-03-31	070201	510029850	LARANJA & MENDONÇA, CAFÉS, LDA (BAR CCS)	471,14
0000009	2014-04-07	070208	509561349	TRAVEL MY WAY	78,00
0000016	2014-05-31	070208	511108893	Barbaivo lhas, Lda.	18,00
0000061	2014-05-31	070208	511083939	JC Tours - AGENCIA DE VIAGENS	96,00
0000021	2014-05-31	070208	501453318	OMNITUR VIAGENS E TURISMO	215,00
0000088	2014-07-31	070208	511083939	JC Tours - AGENCIA DE VIAGENS	158,40
0000092	2014-09-01	070201	510029850	LARANJA & MENDONÇA, CAFÉS, LDA (BAR CCS)	3 648,84
0000111	2014-09-30	070208	511083939	JC Tours - AGENCIA DE VIAGENS	201,60
0000030	2014-10-05	070208	503917125	VEFA TRAVEL VIAGENS TURISMO, LDA	117,00
0000035	2014-10-31	070208	511108893	Barbaivo lhas, Lda.	32,00
0000044	2014-10-31	070208	511083939	JC Tours - AGENCIA DE VIAGENS	27,00
0000040	2014-10-31	070208	507376684	NORBERTUR AGENCIA DE VIAGENS E GESTAO DE EV	110,00
0000043	2014-10-31	070208	511104880	WORLD TRAVEL	6,00
0000038	2014-10-31	070208	511104880	WORLD TRAVEL	7,00
0000151	2014-12-31	070208	511061676	AGENCIA DE VIAGENS TURITRANS	46,80
0000066	2014-12-31	070208	511108893	Barbaivo lhas, Lda.	30,00
0000152	2014-12-31	070208	505681447	BE Travel Group - GEO EXPLORER, SA	72,00
0000149	2014-12-31	070208	511071000	FREITAS E MARTINS, LDA - O COLMO	1 150,00
0000153	2014-12-31	070208	502417307	Lets Travel	355,20
0000152	2014-12-31	070208	508109973	PALCO DA HISTÓRIA	1 610,82
0000065	2014-12-31	070208	509539165	Zimbra Travel - Ag. Viagens E Turismo	344,40
0000022	2015-03-31	070208	511079990	MESTRE BARBOSA VIAGENS, LDA	18,40
0000038	2015-04-30	070208	511083939	JC Tours - AGENCIA DE VIAGENS	115,20
0000033	2015-04-30	070208	511079990	MESTRE BARBOSA VIAGENS, LDA	609,60
0000012	2015-05-09	070208	511061676	AGENCIA DE VIAGENS TURITRANS	10,00
0000013	2015-05-09	070208	511013094	GUSTAVO & ANDREIA 2 - AG DE VIAGENS E TURISMO,	42,00
0000016	2015-05-15	070208	508457220	BESTRAVEL ALVALADE	10,00
0000023	2015-06-27	070208	503339938	SOLFERRIAS OPERADORES TURISTICOS, SA	30,00
0000002	2015-06-29	070208	503339938	SOLFERRIAS OPERADORES TURISTICOS, SA	- 9,00
0000066	2015-06-30	070208	FR47419234141	TOP OF TRAVEL	66,00
0000071	2015-07-31	070208	511076070	AGENCIA DE VIAGENS LIDO TOURS	384,00
0000081	2015-08-31	070208	511076070	AGENCIA DE VIAGENS LIDO TOURS	532,80
0000085	2015-08-31	070208	503395387	ON PRO TRAVEL SOLUTIONS, SA	120,00
0000093	2015-09-30	070208	511076070	AGENCIA DE VIAGENS LIDO TOURS	604,80
0000090	2015-09-30	070208	503395387	ON PRO TRAVEL SOLUTIONS, SA	196,80
0000091	2015-09-30	070208	503395387	ON PRO TRAVEL SOLUTIONS, SA	302,40
0000028	2015-10-01	070208	503339938	SOLFERRIAS OPERADORES TURISTICOS, SA	21,00
0001822	2015-10-05	070108	999999991	CONSUMIDOR FINAL .	2,10
0030368	2015-10-07	070208	999999991	CONSUMIDOR FINAL .	16,00
0000039	2015-10-12	070208	511061676	AGENCIA DE VIAGENS TURITRANS	8,00
0000033	2015-10-12	070208	511104880	WORLD TRAVEL	15,00
0000106	2015-10-31	070208	511076070	AGENCIA DE VIAGENS LIDO TOURS	326,40
0000104	2015-10-31	070208	503395387	ON PRO TRAVEL SOLUTIONS, SA	120,00
0000004	2015-11-26	070108	999999991	CONSUMIDOR FINAL .	- 2,10
0000118	2015-11-30	070208	511076070	AGENCIA DE VIAGENS LIDO TOURS	297,60
0000055	2015-12-07	070208	511266120	MADEIRA CONNECTION TOURISM SERVICES	710,00
0000128	2015-12-31	070208	511076070	AGENCIA DE VIAGENS LIDO TOURS	278,40
0000010	2016-01-07	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	512,69
0000018	2016-02-05	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	512,69
0000021	2016-02-09	070208	511061676	AGENCIA DE VIAGENS TURITRANS	20,00

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Designação Cliente	Montante (Eur)
0000030	2016-03-08	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	512,69
0000031	2016-03-30	070201	504615947	MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E MULTIMEDIA, S	271,94
0000041	2016-04-06	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	1 538,08
0000057	2016-04-08	070208	511079990	MESTRE BARBOSA VIAGENS, LDA	180,00
0000059	2016-04-09	070208	511079990	MESTRE BARBOSA VIAGENS, LDA	72,00
0000072	2016-04-24	070208	513114084	UP GRADE BRUNO BARRETO UNIPESSOAL, LDA	130,00
0000051	2016-05-03	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	1 538,08
0000061	2016-06-02	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	1 538,08
0000118	2016-06-05	070208	511061676	AGENCIA DE VIAGENS TURITRANS	15,00
0000123	2016-06-12	070208	511061676	AGENCIA DE VIAGENS TURITRANS	175,00
0000071	2016-07-04	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	1 538,08
0000082	2016-08-01	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	1 538,08
0000091	2016-09-05	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	1 538,08
0000184	2016-09-14	070208	999999991	CONSUMIDOR FINAL	28,80
0000189	2016-09-18	070208	502281197	Soltrópico - VIAGENS E TURISMO, SA	6,00
0000193	2016-09-26	070208	511240902	JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO ROQUE	159,00
0000196	2016-10-02	070208	511061676	AGENCIA DE VIAGENS TURITRANS	70,00
0000102	2016-10-03	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	512,69
0000117	2016-11-02	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	512,69
0000128	2016-12-02	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	512,69
0000009	2017-01-01	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	528,08
0000016	2017-02-01	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	528,08
0000035	2017-03-01	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	528,08
0000044	2017-04-01	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	1 584,22
0000020	2017-04-13	070208	511061676	AGENCIA DE VIAGENS TURITRANS	14,00
0000029	2017-05-08	070208	512074771	MUNICIPIO DE SAO ROQUE DO PICO	15,00
0000031	2017-05-09	070208	511233620	Município de Câmara De Lobos	36,00
0000057	2017-05-11	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	1 584,22
0000039	2017-05-24	070208	511033575	NÓBREGA & HIPÓLITO, SA	165,00
0000067	2017-06-01	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	1 584,22
0000077	2017-07-01	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	1 584,22
0000081	2017-07-03	070208	500297177	VIAGENS ABREU, SA	12,00
0000091	2017-07-10	070208	500297177	VIAGENS ABREU, SA	30,00
0000098	2017-07-15	070208	500297177	VIAGENS ABREU, SA	39,00
0000100	2017-07-16	070208	511104880	WORLD TRAVEL	1 203,00
0000088	2017-08-03	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	1 584,22
0000092	2017-09-01	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	1 584,22
0000115	2017-09-03	070208	511279663	MGB Welcoming, Agência de Viagens, Lda	90,00
0000117	2017-09-05	070208	500297177	VIAGENS ABREU, SA	30,00
0000111	2017-10-01	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	528,08
0000130	2017-10-11	070208	511233620	Município de Câmara De Lobos	204,00
0000132	2017-10-12	070208	511104880	WORLD TRAVEL	267,00
0000121	2017-11-01	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	528,08
0000136	2017-11-12	070208	500297177	VIAGENS ABREU, SA	30,00
0000137	2017-11-17	070208	511279663	MGB Welcoming, Agência de Viagens, Lda	100,00
0000123	2017-12-01	070201	511071000	FREITAS E MARTINS, LDA - O COLMO	1 475,86
0000124	2017-12-01	070201	213725886	ISABEL FILIPA P. PINTO FERREIRA	0,90
0000125	2017-12-01	070201	511243855	MANUEL LOURENÇO & SALOMÉ, LDA	320,26
0000127	2017-12-01	070201	511051832	PAIXÃO E MESQUITA, LDA	1 345,05
0000130	2017-12-01	070201	219904820	Sidónio de Abreu Barbosa Ferreira	731,10
0000131	2017-12-01	070201	511286163	SOUSA & AZEVEDO, LDA	528,08
0000133	2017-12-21	080199	511086040	NATURNORTE - GESTAO DE EQUIPAMENTOS COLETIV	2 920,60
0000134	2017-12-21	080199	511086040	NATURNORTE - GESTAO DE EQUIPAMENTOS COLETIV	2 952,68
0000012	2017-12-31	070201	213725886	ISABEL FILIPA P. PINTO FERREIRA	- 9,30
					227.814,90



Declaração de pagamentos em atraso

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 22/2015, de 17 de Março (quarta alteração à Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), declara-se que todos os pagamentos em atraso existentes em 31 de Dezembro de 2017, estão devidamente identificados no quadro anexo, sendo o seu valor global de 4.853.516,10€ (quatro milhões oitocentos e cinquenta e três mil quinhentos e dezasseis euros e dez cêntimos).

Funchal, 31 de Janeiro de 2018

O Conselho de Administração

(António Abreu)

(Cristina Alves)

(João Nunes)



Fundal - Av. Zeno Ed. Geo.
Regional, 3º andar
9084-927 Fundal
Tel. 291 253 740
Fax. 291 215 758
CNPJ: 08.153.200/0001
CNPQ: 08.950.473/0004
Capital Social: R\$ 328.000,00
email: fundal@fundal.com.br

AAH
O
/

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

N.º documento	Data Documento	Classificação Econômica	NIF	Nome Fornecedor	Montante (Eur)
205080066	2005-08-18	030502	500090114	CONSTRUÇÕES PIRES COELHO E FERNANDES, S.A.	-350,55
205080065	2005-08-18	030502	500090114	CONSTRUÇÕES PIRES COELHO E FERNANDES, S.A.	-170,55
207040007	2007-04-27	030502	500090114	CONSTRUÇÕES PIRES COELHO E FERNANDES, S.A.	-9.673,33
207040006	2007-04-27	030502	500090114	CONSTRUÇÕES PIRES COELHO E FERNANDES, S.A.	-19.684,52
207040005	2007-04-27	030502	500090114	CONSTRUÇÕES PIRES COELHO E FERNANDES, S.A.	-10.704,08
3800005	2008-10-10	020218	505173751	A. OLIVEIRA - VIGILÂNCIA PRIVADA UNIPESSOAL LDA.	-2.253,08
6012-0704	2011-05-31	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	8.367,56
20010213	2011-07-12	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	1.089,17
20017392	2011-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	1.737,29
20025799	2011-08-31	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	1.136,89
3613-0002	2011-08-31	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	-6.199,60
6012-0772	2011-08-31	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	4.676,69
6012-0788	2011-09-30	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	4.557,54
20034639	2011-10-10	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	1.186,07
6012-0814	2011-10-31	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	4.741,39
3858-0002	2011-11-02	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	-35.632,61
10042563	2011-11-04	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	1.690,34
30050371	2011-11-04	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	322,97
40058053	2011-12-24	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	1.392,02
TR000000020	2011-12-31	020218	505173751	A. Oliveira Vigilância Privada Unipessoal Lda.	9.124,82
TR000000021	2011-12-31	020218	505173751	A. Oliveira Vigilância Privada Unipessoal Lda.	9.124,82
TR000000022	2011-12-31	020218	505173751	A. Oliveira Vigilância Privada Unipessoal Lda.	9.124,82
TR000000023	2011-12-31	020218	505173751	A. Oliveira Vigilância Privada Unipessoal Lda.	10.665,63
TR000000024	2011-12-31	020218	505173751	A. Oliveira Vigilância Privada Unipessoal Lda.	11.933,30
TR000000025	2011-12-31	020218	505173751	A. Oliveira Vigilância Privada Unipessoal Lda.	11.933,30
TR000000026	2011-12-31	020218	505173751	A. Oliveira Vigilância Privada Unipessoal Lda.	993,90
TR000000027	2011-12-31	020218	505173751	A. Oliveira Vigilância Privada Unipessoal Lda.	1.268,82
TR000000028	2011-12-31	020218	505173751	A. Oliveira Vigilância Privada Unipessoal Lda.	10.309,73
TR000000029	2011-12-31	020218	505173751	A. Oliveira Vigilância Privada Unipessoal Lda.	8.793,98
TR000000030	2011-12-31	020218	505173751	A. Oliveira Vigilância Privada Unipessoal Lda.	8.793,98
TR000000111	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	185.314,89
TR000000112	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	257.767,51
TR000000113	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	22.938,72
TR000000114	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	104.290,75
TR000000115	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	148.741,55
TR000000116	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	54.985,03
TR000000117	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	55.453,68
TR000000118	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	78.494,87
TR000000119	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	43.017,33
TR000000120	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	53.664,86
TR000000121	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	75.962,77
TR000000122	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	41.629,64
TR000000123	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	56.846,51
TR000000124	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	81.001,75
TR000000125	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	43.017,32
TR000000126	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	41.629,65
TR000000127	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	57.835,55
TR000000128	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	50.039,33
TR000000130	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	59.500,42
TR000000129	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	51.479,76
TR000000131	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	42.828,02
TR000000132	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	51.578,24
TR000000133	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	58.634,36
TR000000134	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	42.828,02
TR000000135	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	49.917,59
TR000000136	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	57.715,02
TR000000137	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	41.446,46
TR000000138	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	59.638,85
TR000000139	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	51.581,48
TR000000140	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	42.828,03
TR000000141	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	49.917,56
TR000000142	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	57.715,01
TR000000143	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	41.446,46
TR000000144	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	46.452,34
TR000000145	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	54.726,30
TR000000146	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	42.828,02
TR000000147	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	132.012,60
TR000000148	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	227.900,65
TR000000149	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	177.038,43
TR000000150	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	22.080,02
TR000000151	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	43.897,81
TR000000152	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	33.315,98
TR000000153	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	24.246,64
TR000000154	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	46.205,34
TR000000155	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	36.585,16
TR000000156	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	24.246,64
TR000000157	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	46.205,33
TR000000158	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	36.585,14
TR000000159	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	23.464,47
TR000000160	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	46.650,32
TR000000161	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	35.405,00
TR000000162	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	24.054,66
TR000000163	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	47.437,46



Or

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

1

N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Nome Fornecedor	Montante (Eur)
TR00000164	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	35.791,77
TR00000165	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	24.400,87
TR00000166	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	11.991,02
TR00000167	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	16.101,15
TR00000168	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	23.813,74
TR00000169	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	11.604,21
TR00000170	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	10.008,28
TR00000171	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	22.858,81
TR00000173	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	27.387,96
TR00000172	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	55.731,31
TR00000174	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	29.144,99
TR00000175	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	71.057,43
TR00000176	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	34.918,87
TR00000177	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	10.217,41
TR00000178	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	42.727,94
TR00000179	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	9.905,49
TR00000180	2011-12-31	030502	500090114	Construções Pires Coelho e Fernandes, S.A.	11.887,86
TR00000361	2011-12-31	030502	500101531	Etamar Empresa de Obras Terrestres e Marítimas, S.A.	262.707,00
TR00000157	2011-12-31	070107	502587470	Interlog, Informática, S.A.	2.000,00
TR00000201	2011-12-31	020201	511239980	Município de Santana	499,22
TR00000203	2011-12-31	020201	511239980	Município de Santana	724,78
TR00000083	2011-12-31	020201	511239980	Município de Santana	1.269,89
TR00000190	2011-12-31	020201	511239980	Município de Santana	2.533,66
TR00000205	2011-12-31	020201	511239980	Município de Santana	3.502,77
TR00000274	2011-12-31	020201	511239980	Município de Santana	6.380,13
TR00000345	2011-12-31	030502	500257760	Seth Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.	13.279,42
TR00000347	2011-12-31	030502	500257760	Seth Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.	23.884,78
TR00000380	2011-12-31	030502	500257760	Seth Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.	251.030,04
TR00000382	2011-12-31	030502	511035713	SOMAGUE - Engenharia Madeira SA	280.000,00
TR00000305	2011-12-31	020202	511018320	União Desportiva de Santana	287,98
TR00000306	2011-12-31	020202	511018320	União Desportiva de Santana	130,12
TR00000307	2011-12-31	020202	511018320	União Desportiva de Santana	159,37
TR00000257	2011-12-31	020218	503039578	Viprese Vigilância, Prevenção e Segurança, Lda.	6.148,00
TR00000258	2011-12-31	020218	503039578	Viprese Vigilância, Prevenção e Segurança, Lda.	6.148,00
TR00000259	2011-12-31	020218	503039578	Viprese Vigilância, Prevenção e Segurança, Lda.	6.148,00
TR00000260	2011-12-31	020218	503039578	Viprese Vigilância, Prevenção e Segurança, Lda.	6.148,00
TR00000261	2011-12-31	020218	503039578	Viprese Vigilância, Prevenção e Segurança, Lda.	6.148,00
TR00000262	2011-12-31	020218	503039578	Viprese Vigilância, Prevenção e Segurança, Lda.	6.148,00
10065446	2012-01-18	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	323,73
40074881	2012-02-16	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	29,14
6012C-0028	2012-02-29	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	6.756,95
6012C-0015	2012-02-29	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	6.938,62
30082798	2012-03-14	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	35,67
6012C-0046	2012-03-31	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	6.102,72
20089714	2012-04-13	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	122,52
200898411	2012-05-14	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	251,59
40105941	2012-06-13	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	105,86
30114876	2012-07-18	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	103,77
20123745	2012-08-16	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	238,75
460	2012-09-01	020225	511194404	AMÂNDIO GOMES E FILHO, LDA.	158,60
30130888	2012-09-14	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	120,45
6012C0179	2012-09-30	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	3.611,58
2742	2012-10-01	020116	504355759	OLARIA NORBERTO BATALHA	49,74
354/2012	2012-10-11	020108	500166773	LITHO FORMAS PORTUGUESA S.A.	-106,18
40198009	2012-10-12	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	115,59
1213024	2012-10-19	020116	511018816	CLUB SPORT MARÍTIMO DA MADEIRA	34,00
1213025	2012-10-19	020116	511018816	CLUB SPORT MARÍTIMO DA MADEIRA	34,00
470A	2012-10-28	020225	511194404	AMÂNDIO GOMES E FILHO, LDA.	915,00
NJ16000012	2012-10-30	030502	511021380	MCCOMPUTADORES, SA	80,22
2288	2012-10-31	020116	511004451	PATRICIO & GOUVEIA, SUCRS, LDA.	132,55
6012C - 0200	2012-10-31	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	3.731,96
201148047	2012-11-14	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	38,13
471	2012-11-28	020225	511194404	AMÂNDIO GOMES E FILHO, LDA.	1.220,00
6012C0221	2012-11-30	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	3.611,58
20153241	2012-12-11	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	27,31
6012C0241	2012-12-31	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	3.731,96
30161800	2013-01-10	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	27,31
6012C - 0026	2013-01-31	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.516,19
10172787	2013-02-20	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	23,14
98	2013-02-28	020102	511029446	LUBRIANA - LUBRIFICADORA DE SANTANA LDA.	80,01
6012C - 0054	2013-02-28	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.369,46
10179666	2013-03-18	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	21,06
6012C - 0079	2013-04-01	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.516,19
30186919	2013-04-12	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	51,89
159	2013-04-30	020102	511029446	LUBRIANA - LUBRIFICADORA DE SANTANA LDA.	60,00
6012C - 0094	2013-04-30	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.467,28
40192563	2013-05-09	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	44,43
189	2013-05-31	020102	511029446	LUBRIANA - LUBRIFICADORA DE SANTANA LDA.	50,00
6012C - 0118	2013-05-31	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.516,19
20201184	2013-06-11	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	35,15
218	2013-06-30	020102	511029446	LUBRIANA - LUBRIFICADORA DE SANTANA LDA.	60,00
6012C - 0141	2013-06-30	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.467,28
30211183	2013-07-15	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	112,26



Handwritten initials and a signature in blue ink.

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Nome Fornecedor	Montante (Eur)
244	2013-07-31	020102	511029446	LUBRIANA - LUBRIFICADORA DE SANTANA LDA.	123,01
6012C - 0170	2013-07-31	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.467,28
269	2013-08-31	020102	511029446	LUBRIANA - LUBRIFICADORA DE SANTANA LDA.	60,00
6012C - 0192	2013-08-31	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.467,28
298	2013-09-30	020102	511029446	LUBRIANA - LUBRIFICADORA DE SANTANA LDA.	60,00
6012C - 0216	2013-09-30	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.419,95
2501	2013-10-31	020220	511080602	ECAM, SA	683,20
328	2013-10-31	020102	511029446	LUBRIANA - LUBRIFICADORA DE SANTANA LDA.	60,00
6012C - 0240	2013-10-31	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.467,28
6012C - 0264	2013-11-29	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.419,95
1659	2013-12-20	020220	511007205	EMPRESA JORNAL DA MADEIRA, LDA	561,20
383	2013-12-31	020102	511029446	LUBRIANA - LUBRIFICADORA DE SANTANA LDA.	60,00
6012C - 0284	2013-12-31	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.467,28
6012C-0314	2014-01-31	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.418,37
6012C-0338	2014-02-28	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.281,11
6012C-0349	2014-04-29	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.418,37
6012C-0367	2014-05-21	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.372,62
6012C-0384	2014-05-30	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.418,37
6012C-0402	2014-06-30	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.372,62
6012C-0420	2014-07-31	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.398,81
6012C-0440	2014-08-29	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.398,81
6012C-0455	2014-10-23	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.353,69
6012C-0479	2014-10-31	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.398,81
6012C-0501	2014-11-28	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.353,69
6012C-0522	2014-12-31	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.398,81
40351058	2015-01-09	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	204,47
FJM 2015/6	2015-01-30	030502	511099177	TECNOVIA MADEIRA SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	1.379,25
10360112	2015-02-10	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	160,94
10369567	2015-03-16	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	174,52
20376971	2015-04-14	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	187,81
2015/19	2015-07-14	020117	513110534	INDULIVING - ARTIGOS DO LAR - UNIPESSOAL, LDA	-870,00
2015/278	2015-07-29	020117	513110534	INDULIVING - ARTIGOS DO LAR - UNIPESSOAL, LDA	597,80
233168	2015-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	66,58
233171	2015-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	98,69
233176	2015-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	34,43
233178	2015-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	22,30
233181	2015-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	20,87
233184	2015-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	23,72
233189	2015-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	22,30
233193	2015-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	21,58
233196	2015-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	80,84
233200	2015-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	29,44
233204	2015-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	95,12
233206	2015-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	160,94
233208	2015-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	62,99
233211	2015-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	569,29
233216	2015-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	117,97
233219	2015-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	136,54
233223	2015-08-06	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	101,55
40422178	2015-10-09	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	54,97
40430763	2015-11-10	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	28,55
20438973	2015-12-10	020201	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	27,83
270578	2016-03-02	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	0,20
277836	2016-04-14	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	2.815,63
277844	2016-04-14	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	37,60
277851	2016-04-14	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	1,19
277838	2016-04-14	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	3.729,21
277841	2016-04-14	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	6.771,07
277797	2016-04-15	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	42,37
277809	2016-04-15	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	43,85
277829	2016-04-15	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	132,34
277842	2016-04-15	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	49,88
277788	2016-04-15	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	80,82
277825	2016-04-15	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	174,43
277847	2016-04-15	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	4,89
277834	2016-04-15	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	124,46
277849	2016-04-15	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	3,34
277813	2016-04-15	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	154,29
277845	2016-04-15	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	3,45
277846	2016-04-15	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	14,78
277832	2016-04-15	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	164,06
277843	2016-04-15	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	8,53
277848	2016-04-15	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	1,13
279094	2016-04-28	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	1,42
279062	2016-04-28	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	12,72
279065	2016-04-28	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	3,45
277850	2016-05-11	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	0,09
282879	2016-05-24	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	0,12
282881	2016-06-16	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	0,14
282880	2016-06-16	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	0,02
288828	2016-06-27	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	1,32
288829	2016-07-12	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	0,34
288830	2016-07-14	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	1,98

AR
Q

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017 (Art. 15º, n.º 1, b, da Lei nº 22/2015, de 17 de março)

15

N.º documento	Data Documento	Classificação Económica	NIF	Nome Fornecedor	Montante (Eur)
294515	2016-08-10	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	0,11
294514	2016-08-11	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	0,64
298384	2016-08-28	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	0,75
298923	2016-09-09	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	0,03
298381	2016-09-14	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	0,14
298380	2016-09-16	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	0,02
305126	2016-10-12	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	0,88
305131	2016-10-27	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	0,88
305133	2016-10-28	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	0,09
314261	2016-11-21	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	4,02
314260	2016-11-24	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	1,39
314264	2016-12-14	030502	509574513	ARM - ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.	0,72
					4.853.516,10



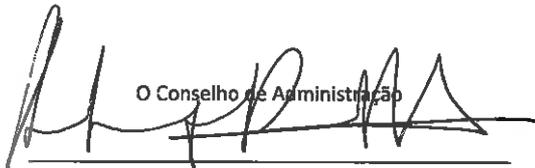
Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31/12/2017 (artº 15º, nº1,a)

Nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 22/2015, de 17 de Março (Quarta alteração à Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas), declara-se que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro último se encontram devidamente registados na base de dados do Sistema Central de Encargos Plurianuais (SCEP), pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante (Eur)
2018	7.422.794,51
2019	5.714.682,00
2020	4.891.034,56
2021	4.386.815,69
2022	4.317.413,08
2023	4.401.965,18
2024	4.396.767,45
2025	4.379.580,87
2026	4.352.149,46
2027	4.312.934,15
2028	4.272.960,56
2029	4.231.457,62
2030	4.187.898,21
2031	3.477.758,98
2032	2.440.905,54
2033	529.140,82
Total	67.716.258,68

Funchal, 31 de Janeiro de 2018

O Conselho de Administração


António Abreu


Cristina Alves


João Nunes